



Recortes de Imprensa

Janeiro 2015



COM O APOIO:





JUSTIÇA ■ COMISSÃO DE PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS DE CRIMES DISTRIBUI VERBAS



Dário Ferreira (em cima) foi assassinado no ano passado por Abílio Costa



Viúva pede ajuda por morte de segurança

● Muitos processos que deram entrada em 2014 na Comissão de Proteção às Vítimas transitarão para este ano, estando ainda a ser analisados. É o caso da mulher que perdeu o marido às mãos de Francisco Ribeiro, que em agosto de 2012 provocou a morte de duas mulheres, mãe e filha (cunhada e sobrinha do homicida). Estas mulheres, perante as ameaças de morte de Francisco Ribeiro, contrataram um guarda-costas, que no dia da tragédia estava com as elas no elevador de um prédio em Queluz. Francisco Ribeiro trancou-os no elevador e lançou-lhe fogo. As três vítimas morreram carbonizadas. O homicida foi condenado este ano a 25 anos de prisão e ao pagamento de mais de dois milhões de euros em indemnizações. ■

Um milhão para vítimas

■ Filhos de solicitador assassinado em Alcobaça receberam mais de 90 mil euros

● MAGALI PINTO

O Estado atribuiu em 2014 mais de um milhão de euros às vítimas de crimes violentos através da Comissão de Proteção às Vítimas de Crimes. O dinheiro foi distribuído por 74 vítimas de violência doméstica e 63 vítimas de outros crimes violentos, num total de 137 pessoas. O valor máximo das indemnizações foi de 34 600 euros; o mínimo foi de 3500 euros.

Em 2014, por exemplo, a Comissão atribuiu mais de 90 mil euros em indemnizações aos filhos do solicitador Dário Ferreira, que foi assassinado em setembro do ano passado em Alcobaça. O ex-empregado Abílio Costa, que matou Dário Ferreira, foi condena-

do em julho deste ano a 20 anos de cadeia e ao pagamento de mais de 600 mil euros aos 12 filhos da vítima. Sem dinheiro para pagar, o Estado adianta parte dessa verba. Quatro dos filhos de Dário Ferreira, maiores de idade e a residir no estrangeiro, não tiveram direito à indemnização. Os restantes oito, seis dos quais menores, receberam ajuda do Estado. Ficou provado que estas crianças estavam numa situação de carência económica devido à perda do pai.

A Comissão de Proteção às Vítimas de Crimes é liderada por Carlos Anjos, segundo o qual "estes subsídios ajudam quem sofreu uma grave perturbação económica e social com os crimes". Em 2014, refere ao CM, registaram-se mais pedidos".

No ano de 2013, houve 132 pedidos referentes a vítimas de crimes violentos. Em 2014 esse número subiu para 186. Já na violência doméstica passaram de 101, em 2013, para 104. ■

Atribuído a 74 vítimas de violência e 63 vítimas de outros crimes

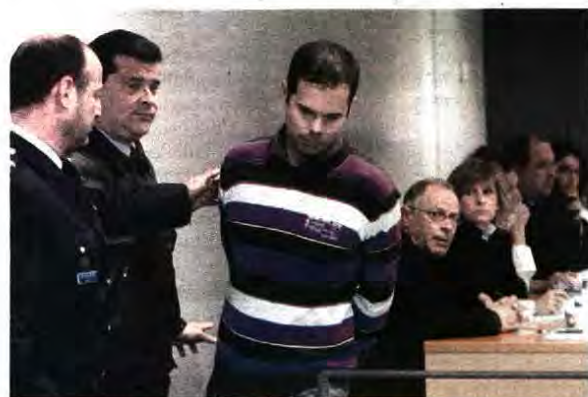
PORMENORES

● **CINCO ANOS**
A lei que permite que as vítimas recebam este adiantamento das indemnizações tem cinco anos. Entrou em vigor a 1 de janeiro de 2010.

● **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**
Segundo a lei, o adiantamento para as vítimas de violência doméstica é atribuído desde que a vítima esteja numa grave carência económica.

● **CRIMES VIOLENTOS**
Um dos grandes requisitos para a atribuição da verba em relação aos crimes violentos é que a vítima tenha sofrido danos graves, quer físicos quer psicológicos, na sequência do crime.

● **FILHOS DAS VÍTIMAS**
As verbas atribuídas em caso de morte são para os filhos de mães assassinadas em que os pais se suicidaram ou estão na cadeia.



Henrique Sotero está a cumprir 22 anos na cadeia da Carregueira

Vítimas de Sotero tiveram direito a indemnizações

● Seis jovens forçadas por Henrique Sotero à prática de sexo oral recorreram à Comissão de Proteção às Vítimas para receber a sua parte da indemnização. Sotero está a cumprir uma pena de 22 anos na cadeia da Carregueira, em Sintra, e foi condenado a pagar às vítimas um valor que ronda os 35 mil euros. O

'violador de Telheiras', apesar de ser engenheiro, tem apenas uma conta com dois mil euros. Sotero vendeu o carro com a ajuda da namorada e a mesma assumiu sozinha o empréstimo que ambos contraíram para comprar uma casa em Massamá, deixando-o sem bens para poder pagar às suas vítimas. ■



ID: 57365444

07-01-2015

Projeto do PS sobre violência doméstica ameaçado de chumbo

Proposta. PSD inclinado a votar contra projeto socialista. Porque o que o PS propõe já está afim na lei. Associação Portuguesa de Apoio à Vítima diz que sugestão socialista levanta dúvidas

JOÃO PEDRO HENRIQUES

O PS dá hoje sequência à agenda lançada por António Costa no encerramento do último congresso do partido fazendo discutir na Assembleia da República um projeto de lei sobre violência doméstica. Na maioria PSD/CDS o sentido de voto não estava ainda oficialmente definido. Porém, pelo menos pelo lado do PSD, a tendência era para o chumbo, segundo disse ao DN o deputado Hugo Soares, vice-presidente da bancada laranja.

O projeto surge porque, segundo se lê no preâmbulo, "na violência doméstica um dos aspetos mais problemáticos e melindrosos decorre precisamente da convivência íntima entre agressor e vítima, centrada na casa de morada de família". "Essa coabitação, a que, muitas vezes, a vítima não consegue eximir, seja por razões económicas, de parentalidade, ou mesmo psicológicas e sociais, constitui um fator gravíssimo de exposição às agressões, de continuação da violência e de aumento do risco" e por isso "importa prevenir na lei que o tribunal possa determinar, logo no início de um processo, na fase de inquérito, o afastamento do arguido da casa de morada comum acautelando

todas as consequências ao nível familiar, nomeadamente a regulação do exercício de responsabilidades parentais e atribuição de pensão de alimentos".

O projeto foi entregue no Parlamento em julho e entretanto já foi alvo de vários pareceres externos. O PSD, a julgar pelas palavras de Hugo Soares, parece rever-se no parecer da Ordem dos Advogados.

O parecer diz, no essencial, que aquilo que o PS propõe já está afim no Código Penal. Este determina, no seu artigo 200º, que "se houver fortes indícios de prática de crime doloso punível com pena de prisão de máximo superior a três anos" o juiz pode obrigar o arguido a, "cumulativa ou separadamente", não permanecer "na residência onde o crime tenha sido cometido ou onde habitem os ofendidos". "Assim sendo (...) é desnecessária a proposta de alteração legislativa que agora se aprecia, pois representa uma duplicação e repetição do regime já consagrado na lei."

A Ordem também "chumbou" a ideia socialista de logo no início de um processo criminal de violência doméstica o juiz decretar a "regulação provisória das responsabilidades parentais e atribuição provisória de pensão de alimentos". "Na verdade, o princípio da especializa-

ção aponta que o caminho deve ser, onde os meios o permitirem, o da decisão das questões criminais por tribunais de competência especializada criminal e as questões de família por tribunais de competência especializada da família e menores", lê-se no parecer, que considera que a solução proposta pelos socialistas implicará um aumento da pendência dos tribunais criminais sem qualquer ganho de eficiência". A

Ordem sugere uma formulação alternativa: que seja o Ministério Público a promover junto da jurisdição de família territorialmente competente a regulação provisória das responsabilidades parentais."

APAV critica proposta

Frederico Marques, assessor técnico da direção da APAV, entende que as soluções encontradas pela lei são "positivas" mas "levantam dúvidas". "Em primeiro lugar, a proposta do PS introduz um artigo novo no Código de Processo Penal quando estas medidas deviam estar consagradas na lei da violência doméstica." Outro problema, na opinião da APAV, "é a competência num processo de violência doméstica ficar centrada no tribunal criminal, mesmo para decidir sobre questões como a responsabilidade parental sobre os filhos e a pensão de alimentos". Um terceiro ponto que merece a crítica da APAV é "o facto de a proposta do PS estipular que perante qualquer denúncia de violência doméstica o Ministério Público deve promover o afastamento do arguido de casa". Pode ser "perigoso", avalia. "Defendemos que o MP faça um pré-julgamento para avaliar os casos que justificam o afastamento do agressor e os que não justificam". **com RUTE COELHO**

REGISTO

VÍTIMAS

» **2014** ficou marcado pela morte de 42 mulheres (mais cinco do que no ano passado). Na última década morreram um total de 398 mulheres.

AGRESSORES

» **1054** pessoas foram identificadas como agressores entre 2009 e 2014. Durante este período, os tribunais obrigaram 769 arguidos condenados a frequentar o programa para agressores de violência doméstica.

RECLUSOS

» **As prisões** portuguesas têm 492 reclusos a cumprir pena.

A luta que cabe a todos

As redes sociais, por mais adversas que consigam ser, em muitos aspetos, conseguem também ser uma poderosa ferramenta de sensibilização social para as mais diversas questões. Esta semana, a navegar no facebook, apresentou-se-me um vídeo em que se entrevistavam meninos (com o máximo de onze anos) e nele se pedia que batessem numa menina. Encebado ou não (como muita coisa é no mundo da internet), o propósito do filme era demonstrar que as crianças, associadas tradicionalmente a uma natureza mais pura que os adultos, abominam a violência e, dessa forma, sensibilizar contra a violência sobre as mulheres.

Não nego que o vídeo me tocou. E fez-me pensar outras questões. A violência doméstica tem vindo a ser recorrentemente associada à violência de género, sobre as mulheres, facto naturalmente decorrente da imagem de fragilização que a História impôs sobre a figura da mulher, não obstante civilizações ancestrais terem existido que colocavam a mu-



POLÍTICA
MARTA
COUTO
JURISTA*

lher num patamar de elevada consideração (quase paralelo ao do homem e ainda que teoricamente). É notável o quanto se regrediu.... A realidade é que, efetivamente, a violência doméstica manifesta-se mais sobre as mulheres. As estatísticas da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima de 2013 apontam para 7265 casos de violência doméstica que naquela asso-

ciação foram registados, dos quais 85% eram mulheres e 14% do sexo masculino.

A estatística é clara mas também nos transmite a mensagem de que temos que começar a abolir a associação entre a violência doméstica e a questão do género. Quando se fala em violência doméstica, representamo-la tradicionalmente pela figura da mulher e da violência física. A realidade é mais abrangente. A violência doméstica abrange mulheres, homens, crianças e jovens, a violência física, sexual, emocional, económica e psicológica, e não conhece classes. Das estatísticas da APAV entre 2000 a 2014, constam, na totalidade, 90973 casos de violência do-

méstica. É uma perspectiva preocupante.

Nos Açores todos reconhecemos que a violência doméstica é um assunto premente e que se faz sentir de forma bastante acutilante, requerendo das entidades competentes uma dedicação contínua e persistente. A Região conta com uma rede regional de prevenção e combate à violência doméstica que integra o Governo Regional, a PSP e o Ministério Público, que se consubstancia no programa CONTIGO, que visa proteger a vítima e a revitimização, prevenir os impactos da violência junto dos filhos e trabalhar na reabilitação dos agressores. É um trabalho incansável, feito em toda a linha. É um trabalho que não pode des-cansar.

Mas este é um trabalho que não compete só a estas entidades. Compete a cada um de nós. Cada pessoa é o maior e mais importante veículo da sensibilização e da prevenção da violência. Não só da violência doméstica, mas de qualquer forma de violência. A promoção da solidariedade, da interajuda, o fomento da cooperação comunitária, são formas de luta que cabem a todos. A consciencialização social

é a mais poderosa ferramenta no combate à violência doméstica. E todos temos um papel a desempenhar, que nunca devemos julgar diminuto. As associações de apoio às vítimas, as entidades governamentais, policiais e judiciais são essenciais. Mas a mudança de mentalidades, a consciência comunitária e a postura crítica e proativa de cada um são condições sine qua non para a abolição deste flagelo social que urge banir permanentemente.*

**Deputada na ALRAA pelo PS/A*



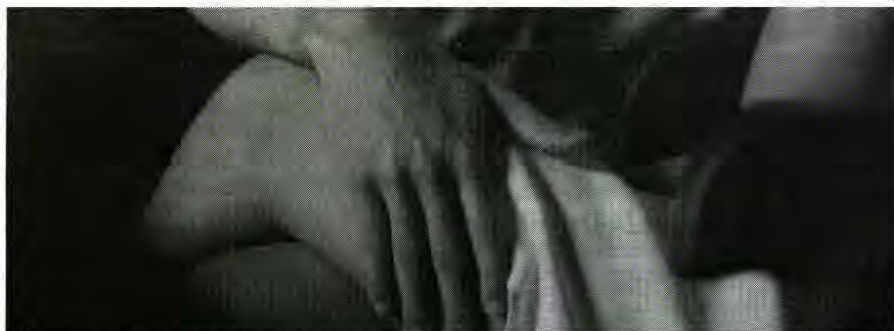
APAV cria site sobre violência sexual

A violência sexual «não envolve apenas o uso de violência física», diz a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) no seu site sobre violência sexual.

Disponível em apav.pt/violenciasexual, este reúne e sintetiza informação sobre este tipo de violência, nomeadamente o que é, o seu impacto, o que fazer se for vítima, como se manter seguro e o apoio da associação.

O novo site, desenvolvido no âmbito do projecto Unisexo 2 – prevenção da violência sexual no ensino superior, tem por objectivo facilitar o recurso das potenciais vítimas de crimes sexuais aos serviços de ajuda, reforçar a empatia da comunidade para com as vítimas de crimes sexuais e prevenir comportamentos de risco.

O agressor «pode usar outro tipo de estratégias para convencer, pressionar ou forçar a vítima à prática de um acto sexual», alerta a associação. «Ameaçar a vida ou integridade da vítima ou de pessoas próximas», «ameaçar ou chantagear a vítima com argumentos de que



O agressor pode usar «estratégias para convencer, pressionar ou forçar a vítima à prática de um acto sexual»

divulga vídeos, imagens e outro tipo de materiais em que a vítima surge exposta na sua intimidade, caso não concorde ou não queira praticar um determinado acto sexual» e «ameaçar ou insinuar que, caso a vítima não se envolva num determinado acto sexual, espalha boatos, mentiras ou informações falsas junto de pessoas próximas» são algumas das estratégias referida no site.

O agressor pode ainda «usar argumentos ou pressionar persistentemente para que a vítima se envolva num determinado acto sexual,

mesmo que não queira, como convencê-la de que o acto é uma prova de amor ou de afecto para com a outra pessoa ou dizer à vítima que, se não o fizer, termina a relação ou trai a vítima».

Assim como «aproveitar a existência de relações sexuais anteriores praticadas de mútuo acordo para justificar a «obrigação» de a vítima realizar um determinado acto sexual, mesmo que não queira», ou «aproveitar-se de um estado de incapacidade da vítima, em que ela não está em condições de concordar ou discordar do

envolvimento em actos sexuais, como quando se encontra alcoolizada, quando está sob o efeito de medicação ou se encontra incapacitada por doença física ou mental, para praticar com ela actos sexuais».

Outras das estratégias utilizadas passam por «colocar de propósito a vítima num estado de incapacidade, drogando-a, por exemplo», ou «aproveitar uma relação de superioridade em relação à vítima para a convencer ou coagir a um acto sexual, como quando o agressor é, por exemplo,

um superior hierárquico no local de trabalho, um professor ou outro profissional educativo da escola ou estabelecimento de ensino em que a vítima estuda».

«Apesar de a violência sexual poder ser praticada por qualquer pessoa, a maioria das situações de violência sexual denunciadas são cometidas por alguém do sexo masculino e, frequentemente, próximo ou conhecido da vítima», conclui o site.

O site explica também como agir durante a agressão.

Caso não conheça o agressor, a APAV aconselha a vítima a «memorizar o máximo de informação possível que ajude na sua identificação», «ou mesmo informação sobre o veículo em que ele se fazia transportar». «Manter a calma» e «chamar a atenção de alguma testemunha a quem possa pedir ajuda» são outros dos conselhos.

«Se conseguir, fuja para um local onde se sinta mais seguro ou onde estejam outras pessoas que o possam ajudar», lê-se no site, que acrescenta: «Se conseguir, ligue 112».

**A. DE PERA E ALGOZ****Violência no namoro**

■ A Câmara de Silves e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima promovem a 13 de janeiro duas sessões sobre 'A violência no namoro' nas escolas EB 2,3 Dr. Costa Contreiras, em Armção de Pera, e EB 2,3 do Algoz, para alunos do 9.º ano.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA ■ MAIORIA DAS VÍTIMAS QUEIXA-SE PRIMEIRO À APAV

Mulheres agredidas ignoram a Justiça

■ 79,4 por cento dos casos denunciados em 2013 foram por crimes de violência continuada

● SÉRGIO A. VITORINO

Seis em cada dez vítimas de violência doméstica socorrem-se da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) antes, ou em vez, de fazerem queixa às autoridades policiais, revela o relatório estatístico de 2013 desta instituição. Nesse ano, a APAV recebeu um total de 7265 pessoas, vítimas de violência doméstica – e apenas 2871 das quais (39,5%) já tinham denunciado os abusos e agressões. De acordo com fontes policiais e judiciais, os números revelam que as vítimas “continuam a não confiar na Justiça”.

De acordo com o relatório, 79,4% dos casos denunciados em 2013 tinha um caráter de violência continuada sobre a vítima. A duração mais comum da vitimação foi entre 2 e 6 anos, com 1192 casos. Mas 418 vítimas disseram ser alvo de violência doméstica há mais de 20 anos.

Nos casos em que as vítimas recorreram à Justiça, a PSP foi quem mais queixas recebeu: 1061 (55,8% do total). Seguem-se a GNR (789 - 27,5%), diretamente o Ministério Público (128), a PJ (53), o Instituto Nacional de Medicina Legal (38) e o SEF (7). As comissões de proteção de crianças e jovens em risco atuaram em 397 denúncias.



Mais de 400 vítimas disseram à APAV sofrerem de violência doméstica há pelo menos 20 anos

✚ PORMENORES

● 85% SÃO MULHERES

85% das vítimas que em 2013 foram à APAV eram mulheres. Quem agride mais, segundo as estatísticas, são os maridos – em 35,8 % dos casos.

● ENSINO SUPERIOR

As vítimas que mais se queixam de violência doméstica têm o Ensino Superior: 503 casos (6,9% do total).

“A maioria das vítimas, sobretudo mulheres mais velhas e alvo de violência continuada há muitos anos, resistem em denunciar com medo de represálias. Temem ainda uma certa inoperância judicial que, apesar de avanços, continua muitas vezes a deixar as vítimas à mercê dos agressores”, explicou ao CM fonte policial. “Estamos melhor do que há cinco anos, mas continua a ser um crime quase sem

Mulheres mais velhas temem represálias após queixa

castigo”, disse ao CM um procurador.

A Procuradoria-Geral da República já anunciou um plano ambicioso para este ano: mais magistrados especializados a investigar em exclusivo crimes

em contexto familiar. “O objetivo é articular melhor com as polícias e associações de apoio às vítimas”, diz o gabinete da PGR.

A violência doméstica é punida com pena até 5 anos de prisão. Dez anos se resultar em morte. ■

33 mortas e 29 condenados

● Em 2013 morreram 33 mulheres assassinadas em contexto familiar e 29 homens foram condenados por homicídio conjugal. E, apesar das 7265 queixas entradas na APAV, apenas 3541 inquéritos abertos pelo Ministério Público chegaram a julgamento. E, destes, apenas 96 homens foram condenados a prisão efetiva pelo crime de vio-

lência doméstica. Os números da Direção-Geral de Política de Justiça e dos serviços prisionais reforçam a ideia de que é um fenómeno “pouco reprimido”.

Em 2013, foram executadas 361 pulseiras eletrónicas para garantir a proibição de contactos em casos de violência doméstica. Apenas em um dos casos o agressor era mulher. ■



Em 2013, 33 mulheres foram assassinadas em contexto familiar



Mulheres agredidas ignoram a Justiça

Seis em cada dez vítimas de violência doméstica socorreram-se da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) antes, ou em vez, de fazerem queixa às autoridades policiais, revela o relatório estatístico de 2013 desta instituição. Nesse ano, a APAV recebeu um total de 7265 pessoas, vítimas de violência doméstica – e apenas 2871 das quais (39,5%) já tinham denunciado os abusos e agressões. De acordo com fontes policiais e judiciais, os números revelam que as vítimas “continuam a não confiar na Justiça”.

De acordo com o relatório, 79,4% dos casos denunciados em 2013 tinha um carácter de violência continuada sobre a vítima. A duração mais comum da vitimação foi entre 2 e 6 anos, com 1192 casos. Mas 418 vítimas disseram ser alvo de violência doméstica há mais de 20 anos.

Nos casos em que as vítimas recorreram à Justiça, a PSP foi quem mais queixas recebeu: 1061 (55,8% do total). Seguem-se a GNR (789 - 27,5%), directamente o Ministério Público (128), a PJ (53), o Instituto Nacional de Medicina Legal (38) e o SEF (7). As comissões de protecção de crianças e jovens em risco actuaram em 397 denúncias.

“A maioria das vítimas, sobretudo mulheres mais velhas e alvo de violência continuada há muitos anos, resistem em denunciar com medo de represálias. Temem ainda uma certa inoperância judicial que, apesar de avanços, continua muitas vezes a deixar as vítimas à mercê dos agressores”, explicou ao Correio da Manhã fonte policial. “Estamos melhor do que há cinco anos, mas continua a ser um crime quase sem castigo”, disse ao CM um procurador.

A Procuradoria-Geral da República já anunciou um plano ambicioso para este ano: mais magistrados especializados a investigar em exclusivo crimes em contexto familiar. “O objectivo é articular melhor com as polícias e associações de apoio às vítimas”, diz o gabinete da PGR.

A violência doméstica é punida com pena até 5 anos de prisão. Dez anos se resultar em morte.

14-01-2015

Tiragem: 150597

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 10

Cores: Cor

Área: 9,83 x 3,35 cm²

Corte: 1 de 1



SOBE&DESCE



JOÃO LÁZARO

↑ APAV, a que preside, e Direção-Geral da Saúde colaboram na proteção a vítimas.



DOMINGOS OLIVEIRA

↓ Preso por suspeitas de ter assassinado taxista na sequência de discussão fútil.

APAV assina protocolo com DGS para combater violência doméstica



14-01-2015 15:59 | País
Porto Canal



Gosto

Uma pessoa gosta disto. Sê o primeiro entre os
teus amigos.

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima assinou um protocolo de cooperação com a Direção-Geral da Saúde que pretende melhorar as condições de atendimento, protecção, acompanhamento às vítimas de crime que recorrem ao Serviço Nacional de Saúde. Desta forma a circulação de informação pode ser mais rápida e eficazmente comunicada às autoridades policiais.



13.01.2015 14:10

APAV e DGS assinam protocolo

Objetivo da parceria é melhorar atendimento das vítimas.

A APAV e a Direção-Geral da Saúde (DGS) assinam, na quarta-feira, um protocolo de colaboração que visa melhorar as condições de atendimento, proteção, acompanhamento e apoio às vítimas de crime que recorrem ao Serviço Nacional de Saúde.

O protocolo pretende "regulamentar a colaboração e cooperação direta e recíproca" entre a APAV e a DGS", em áreas como a informação à vítima e encaminhamento, formação, colaboração em ações e projetos nesta área, apoio técnico comum, partilha de informação e realização de campanhas comuns de sensibilização, refere a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

Maria de Oliveira, técnica da APAV, disse esta terça-feira à agência Lusa que este protocolo vai ao encontro do que a Organização Mundial de Saúde (OMS) tem afirmado, que "o setor da saúde tem de ter um potencial para adotar um papel mais proactivo a nível da prevenção primária, secundária e terciária" de situações de violência. Para a técnica, "é importante que a Direção-Geral da Saúde e o próprio Ministério da Saúde participem na prevenção deste tipo de situações".

"Estima-se que cerca de 12 milhões de pessoas, a cada ano, no mundo seja vítimas de vários tipos de violência", com consequências "não só a nível físico, mas também a nível psicológico nas vítimas", sublinhou.



Gouveia

Seminário sobre violência doméstica

Debater o tema da violência doméstica e as intervenções institucionais e policiais existentes é o objetivo do seminário que se realiza amanhã em Gouveia.

A iniciativa decorre a partir das 9h30 no auditório da biblioteca municipal Vergílio Ferreira numa organização do Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) "Estrela Solidária".

A participação é gratuita, mas requer inscrição prévia. Estão previstas intervenções sobre o apoio às vítimas a nível local e na APAV, o projeto IAVE (Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas) da GNR e a atuação da PSP neste tipo de criminalidade. Será ainda partilhada a experiência do projeto "Mãos Abertas", da Fundação D.

Laura dos Santos, em Moimenta da Serra (Gouveia), que já ajudou mais de meio milhar de crianças e mães em dificuldades. Inaugurado em 2007, o projeto alia o Centro de Acolhimento Temporário (CAT) para crianças em situação de risco à Comunidade de Inserção (CI) para mães oriundas de meios sociais ou familiares disfuncionais.



Gouveia

Seminário sobre violência doméstica

A GUARDA



Biblioteca Municipal de Gouveia

O CLDS - Contrato Local de Desenvolvimento Social Estrela Solidária em parceria com o Centro Distrital de Segurança Social da Guarda, vai realizar, na sexta-feira, dia 16 de Janeiro, entre as 10.00 e as 17.00 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal de

Gouveia, um seminário sobre Violência doméstica.

Com o encontro, que contará com especialistas de diferentes áreas, responsáveis pela investigação, estudo, intervenção e prevenção deste crime em Portugal, a organização pretende fazer uma abor-

dagem genérica sobre a temática da violência doméstica.

O seminário, que também pretende mobilizar a comunidade científica e técnica para as especificidades deste fenómeno, é dirigido a juristas, técnicos de serviço social, psicólogos, médicos, enfermeiros, animadores socioculturais, membros das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, estudantes, sociólogos, professores, forças policiais, ou outros que de alguma forma atuem no domínio destas questões.

Durante os trabalhos serão proferidas intervenções sobre "Apoio à Vítima em termos Locais, Desafios e Estratégias" (equipa do Centro de Formação, Assistência e Desenvolvi-

mento), "O Projecto IAVE da GNR" (Cunha Rasteiro - Tenente Coronel Chefe de Operações, Treino e Relações Públicas da GNR - Comando Territorial da Guarda), "O Apoio à Vítima de Violência Doméstica na APAV" (Natália Cardoso - Gestora do Gabinete de Apoio à Vítima de Coimbra), "A Realidade Local - Resposta da PSP" (Patrício Almeida, subcomissário da PSP - Comandante da Esquadra da PSP de Gouveia); "Transversalidade e as Fronteiras Invisíveis do Ser-se Vítima" (Patrícia Vaz Lourenço, assistente social) e "Violência Doméstica - Um Retrato da Intervenção Institucional" (Diana Maia - Projecto Mãos Abertas, Fundação D.ª Laura dos Santos).

As pessoas devem denunciar a violência doméstica

Em 2014 a PSP do Faial abriu 46 inquéritos

A Esquadra da Horta abriu no ano passado 46 inquéritos por crimes de violência doméstica, quase metade dos 105 inquéritos abertos no mesmo período pela Divisão Policial da Horta, que abrange as esquadras do ex-distrito da Horta.

Numa análise a estes números provisórios, o comandante da Divisão Policial da Horta, Carlos Ferreira, salienta que os 46 crimes de violência doméstica representam mais de 10 por cento da criminalidade registada no Faial em 2014.

Carlos Ferreira sublinha ainda que apesar de se ter registado uma diminuição no número de casos em relação a 2013 houve um aumento da gravidade dos atos de violência.

No Faial, em 2014, foram detidos três agressores, um em flagrante delito e dois por mandado de detenção emitido pela própria PSP. Na Divisão Policial da Horta foram detidos oito agressores por violência doméstica. No Pico registou-se uma vítima mortal.

«É fundamental que as pessoas que tenham conhecimento de situações de violência doméstica as comuniquem à PSP, tal como é fundamental que no decurso do inquérito as vítimas não se remetam ao silêncio, na esperança do problema se resolver por si só, porque normalmente isso não só não acontece como, pelo contrário, as probabilidades da violência au-



Silvio Furtado e José Bettencourt da EPAV e o Comandante Carlos Ferreira

RUI GONÇALVES

mentar são maiores, podendo levar a situações trágicas que podem ser evitadas com a responsabilização do agressor», alerta Carlos Ferreira, que deu a conhecer ao INCENTIVO os instrumentos e os meios que a sua Divisão, e em particular a Esquadra da Horta, tem para combater este tipo de criminalidade.

Para além de uma intervenção ao nível da prevenção com ações de sensibilização em parceria com outras entidades, a Esquadra da Horta está preparada para atuar ao nível da repressão, através da resposta imediata a situações de violência doméstica, quer através da investigação criminal, na recolha de provas para responsabilização dos agressores.

Nesse sentido, Carlos Ferreira

explicou que a Esquadra da Horta dispõe de duas equipas especializadas na intervenção em crimes de violência doméstica. A Equipa de Proximidade e Apoio à Vítima (APAV), constituída pelo agente principal José Bettencourt e pelo agente Sílvio Furtado, e a equipa de investigação criminal.

A PSP adotou a partir do mês de novembro do ano passado novas ferramentas de avaliação do risco de crimes de violência doméstica que se traduzem em formulários específicos que integram todos os parâmetros para avaliar as situações e os riscos que lhes estão subjacentes.

A avaliação do risco é de resto fundamental para que a PSP possa proteger a vítima. É essa avaliação que determina quais as medidas a

adotar, podendo no limite levar à detenção do agressor fora do flagrante delito, uma competência atribuída à PSP pela Lei da Violência Doméstica.

A EPAV tem um papel relevante na deteção de situações de violência, na recolha de informações e no atendimento e acompanhamento da vítima. Em conversa com o INCENTIVO, José Bettencourt e Sílvio Furtado afirmam que as vítimas têm hoje um conjunto de ajudas que lhes permitem sair das situações em que se encontram.

Hoje em dia a vítima conta com a casa de abrigo da UMAR, com apoios sociais do Instituto da Segurança Social dos Açores e com o acompanhamento diário da EPAV.

Esta equipa procura fazer um trabalho de acompanhamento à vítima para assegurar a sua segurança, um acompanhamento que pode ser telefónico ou até presencial. Para além deste acompanhamento procura também fazer uma aproximação ao agressor no sentido de sensibilizá-lo para a gravidade do crime em que incorre, servindo muitas vezes de intermediária entre as vítimas e os agressores para evitar potenciais situações de violência.

«É um trabalho que tem dado resultados», afirma José Bettencourt, referindo que é importante fazer ver ao agressor que a PSP está informada sobre a situação. ■

Fernando Lemos



JUSTIÇA // VIGILÂNCIA ELETRÓNICA



Nuno Caiado dirige Direção-Geral da Reinserção e Serviços Prisionais, que conta com vários centros de monitorização das 755 pessoas vigiadas por um dispositivo eletrónico

37% dos vigiados eletronicamente estão no Norte

● **Violência** doméstica tem feito disparar número de pessoas que estão sob vigilância judicial

Nuno Miguel Ropio
sociedade@jn.pt

As autoridades judiciais têm debaixo de olho 755 pessoas, controladas através do sistema de pulseira eletrónica. A maioria localiza-se no Norte, onde aumentam os casos associados à violência doméstica.

Há 12 anos que o número de vigiados pelo dispositivo de identificação pessoal (DIP), conhecido por pulseira eletrónica, não para de aumentar, tendo atingido a maior quantidade de sempre em 2014: 752. Desde 1 de janeiro, mais três pessoas engrossaram a lista, que se cifra agora em 755.

O cenário contrasta com os

● **Centros** de controlo de pulseiras estão "em esforço" e no "limite da capacidade", avisa responsável

valores do período do programa experimental do DIP, que decorreu entre 2002 e 2004. Limitado a determinadas áreas geográficas, durante a tutela da Justiça por Celeste Cardona, o programa arrancou com 44 vigiados e quintuplicou naqueles dois anos, ainda que aplicado somente a quem estava obrigado a permanecer circunscrito à habitação.

O maior crescimento sucedeu após 2007, motivado por alterações legislativas no setor penal, que ocorreram

**USO DESTA
DISPOSITIVO
ELETRÓNICO É
HOJE 17 VEZES
MAIOR DO QUE
HÁ 12 ANOS**

nesse ano, alargando o uso da pulseira eletrónica aos reclusos que passaram a poder cumprir pena de prisão em casa ou em liberdade condicional. Já em 2009, os números voltaram a disparar quando os agressores e as vítimas de violência doméstica passaram a ser vigiados pelo mesmo sistema.

Porto precisa de técnicos

Segundo Nuno Caiado, responsável pela Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGSP), "a zona do país que tem mais casos é a região Norte". "Isso corresponde, certamente, à densidade populacional. Eventualmente, tem também a ver com o tipo de criminalidade com que os tribunais lidam", explicou ao JN o diretor-geral.

Sublinhando tratar-se "apenas de uma hipótese", Caiado defende que, "eventualmente, há uma criminalidade menos grave em termos proporcionais na área metropolitana do Porto, do que na área metropolitana de Lisboa".

Ainda que haja 22 funcionários judiciais no Norte - de um total de 90 espalhados por vários centros de vigilância em todo o país -, o grupo

mostra-se insuficiente face ao aumento dos casos de violência doméstica. Em Lisboa, duas pessoas vigiam um significativo número de DIP - como o JN pôde testemunhar e ao que Nuno Caiado reagiu notando a necessidade de "ter mais técnicos ao serviço". "Estamos com alguns constrangimentos do ponto de vista dos recursos humanos, devido ao acréscimo dos casos de violência doméstica, muito exigentes do ponto de vista da sua gestão: quer pela tecnologia utilizada, quer pelo facto de haver mais do que uma pessoa envolvida", alegou.

No Porto, o problema parece ser grave. "Admito que (no Porto) a escala é já razoavelmente grande. Seria interessante ter um técnico profissional a fazer monitorização. E um técnico exclusivamente dedicado à violência doméstica. Mas não temos recursos humanos que permitam esta solução. E por isso os colegas fazem tudo", revela.

"Temos um sistema que está em esforço e perto do limite da sua capacidade", disse, ressaltando que "talvez" este ano possa acontecer um reforço de pessoal, graças a um concurso público que agora arrancou. ●

PORMENORES

1998

marca aparecimento

A pulseira eletrônica entra no ordenamento jurídico português depois de na década de 80 ter começado a ser aplicada em larga escala nos Estados Unidos da América e rapidamente ter chegado à Europa. Por cá, até arrancarem as fases de teste, passariam ainda depois quatro anos desde a sua discussão.

9

meses no máximo

O uso do dispositivo deve prolongar-se por um prazo máximo de seis a nove meses – e já se está perante uma fase longa. Após este período, a realidade já mostrou que há uma saturação, quer de vigiados, quer de vigilantes. E aquilo que é uma solução mais económica, torna-se mais cara.

PULSEIRAS PERMITEM POUPANÇA DE 30 EUROS

► Considera-se a vigilância eletrónica uma das melhores formas de reabilitar os arguidos ou os reclusos que cometeram crimes de baixa complexidade, além de ter custos muito menores em comparação com aqueles que resultariam de se manterem numa cela – a diária numa prisão custa ao Estado 46 euros e uma pulseira 16 euros.

► Os 90 técnicos vigilantes não se circunscrevem aos centros de monitorização. É a eles que cabe a verificação das condições necessárias nas habitações para receber tais dispositivos e a sua instalação. A substituição de baterias dos equipamentos é que é realizada por uma empresa privada.

► Há dois sistemas de pulseiras: por radiofrequência (para uso na habitação) e por geolocalização (para fiscalizar contactos entre agressor e vítima).

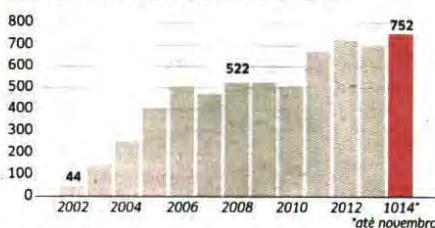
PULSEIRA ELETRÓNICA

755
NÚMERO
DE DISPOSITIVOS
UTILIZADOS
ATUALMENTE

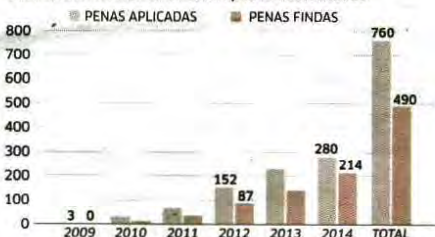
90
FUNCIONÁRIOS

Rácio vigiados/técnico = 8,4

EVOLUÇÃO DAS PENAS E MEDIDAS DE COAÇÃO



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: PROIBIÇÃO DE CONTACTOS



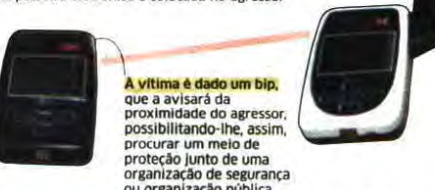
VIGILÂNCIA ELETRÓNICA

Baseia-se na tecnologia de radiofrequência. Visa a vigilância de determinada pessoa em local previamente definido.

- Dispositivo Identificação Pessoal (pulseira)**
É colocado no tornozelo do arguido ou no pulso, em casos excecionais. Está equipado com sensores térmicos.
- A pulseira emite sinais rádio quase permanentes, que são captados pela unidade de monitorização local. Esta unidade é colocada em casa do arguido e verifica que a pulseira está dentro do seu raio legal, retransmitindo informação para o centro de vigilância.
- As unidades de monitorização local emitem para um equipamento central, que regista e reenvia informação para as unidades operativas.

PULSEIRA DE AGRESSORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A pulseira eletrónica é colocada no agressor



A vítima é dado um bip, que a avisa da proximidade do agressor, possibilitando-lhe, assim, procurar um meio de proteção junto de uma organização de segurança ou organização pública.

Recebe uma mensagem quando o agressor se encontra ainda a uma determinada distância, nunca inferior a 30 metros.

FONTE: DIREÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS PRISIONAIS - INFOGRAFIA JN

86 mortas e feridas às mãos de homens

NA AMÉRICA, 86 é mais do que um número; é um verbo, que ou significa tirar, ou simplesmente negar algo a alguém. Em Portugal, é o somatório negro da violência doméstica, em 2014. A 40 mulheres foram tiradas as respetivas vidas por questões amorosas ou familiares, e a outras 46 foi-lhes negada uma vida condigna, ao sofrerem na pele tentativas de homicídio e agressões graves.

Os dados do Observatório de Mulheres Assassinas da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) apontam para um aumento considerável face a 2013, em que houve 37 homicídios.

Apesar de os números desta organização serem habitualmente diferentes do Relatório Anual de Segurança Interna (IASI), elaborado pelo Sistema de Segurança

Interna com a informação das diversas autoridades, não divergem muito daqueles que começaram a ser conhecidos aquando do início da contabilização levada a cabo pelo Observatório – 2004 –, essencialmente com recurso a notícias.

41 mortes

Há 10 anos, 41 sucumbiram às mãos de familiares próximos e ex-companheiros, naquilo que este grupo de trabalho da UMAR denomina “femicídio” – tipo de homicídio que é perpetrado contra as

OS FILHOS ASSISTIRAM, POR NORMA, ÀS AGRESSÕES E HOMICÍDIO DAS MÃES

mulheres só porque são mulheres.

Uma das conclusões dos juristas e psicólogos da UMAR (ler entrevista em baixo) que contam tais números negros é que muitas vezes os filhos das vítimas assistiram aos episódios de violência doméstica, que terminaram ou em morte ou num hospital.

O IASI de 2013 revelou que 27 mil casos de violência doméstica foram denunciados. Ato incentivado pela Secretaria de Estado da Igualdade, que tem sensibilizado a magistratura para a necessidade da aplicação de medidas de afastamento do agressor através da vigilância eletrónica.

2015 já arrancou com a morte de uma mulher, em Portimão, cujo corpo foi encontrado pela PJ enterrado no jardim da própria casa. O marido é o único suspeito. N.M.R.

5 PERGUNTAS A //SÓNIA SOARES

“Há efetivamente formas de fuga ao controlo”

Sónia Soares Psicóloga da União Mulheres Alternativa Resposta (UMAR), em Almada

Considera a vigilância eletrónica um meio eficaz de afastamento do agressor?

Nem sempre garante que o agressor não se aproxime da vítima. Não raras vezes, como não é lida como uma “barreira” no acesso à vítima, os agressores ignoram a sua existência, incorrendo em sucessivos incumprimentos. Ainda que a lei preveja a aplicação de medidas mais gravosas aquando do incumprimento, não se conhecem situações de reforço do estatuto coativo.

A magistratura estará mais sensibilizada para o uso deste recurso?

Sim, claramente. Porém, a aplicação da mesma fica aquém do número de situações em que efetivamente se mostra necessária a aplicação da vigilância eletrónica.

Quais as descrições que chegam à UMAR sobre as formas de fuga ao controlo da pulseira por agressores?

Se recordarmos o caso designado pela comunicação social como “Palito”, verificamos que há, efetivamente, formas de fuga ao controlo da pulseira. Ao agora homicida tinham sido aplicadas medidas de coação coadjuvadas com fiscalização por meios eletrónicos. Tal facto não impediu que o mesmo cortasse a pulseira e cometesse os crimes.

Há uma geografia da violência doméstica no país?

A violência doméstica é um crime que ocorre em todo o território nacional. Por outro lado, os dados do Relatório Anual de Segurança

Interna e os dados do Observatório de Mulheres Assassinas constatarem que são os distritos de Lisboa, Porto e Setúbal os que apresentam maior taxa de prevalência, no que concerne ao número de participações por violência doméstica e femicídio. ●



Maria pediu ajuda à PSP seis horas antes de ser morta

Homicídio. Na PSP, o caso desta funcionária da Câmara de Setúbal foi avaliado como de “baixo risco”. Seis horas depois foi morta pelo marido. Estado gasta dez milhões por ano com agressores



Violência entre casal pacato de classe média surpreendeu amigos e vizinhos

SETÚBAL. Em 25 anos de casamento, Maria Pinheiro, 52 anos, funcionária da Câmara Municipal de Setúbal, apresentou pela primeira vez queixa por violência psicológica contra o marido, bancário aposentado de 53 anos, na quarta-feira. Depois da denúncia, Maria decidiu regressar a casa sem

proteção policial. Seis horas depois era assassinada pelo marido, que a seguir tentou o suicídio. Os vizinhos do casal garantiram ao DN não se terem apercebido de nada ao longo da noite. Amigos sabiam que a relação dos dois não estava bem, mas nenhum previa o trágico final.

ROBERTO DORES e RUTE COELHO

Maria Pinheiro, 52 anos, funcionária da Câmara Municipal de Setúbal, foi a primeira mulher vítima mortal de violência doméstica este ano em Portugal. Maria teve uma avaliação de “baixo risco” na esquadra da PSP, seis horas antes de ser morta pelo marido. Na quarta-feira, dia em que decidiu apresentar queixa-crime, disse à polícia que queria regressar a casa sem proteção.

Para a APAV, é nesta avaliação de risco e nas medidas seguintes que se deve apostar para evitar mortes. No ano passado, houve 42 homicídios conjugais, numa média superior a três por mês. Maior prevenção significa também menos gastos do Estado com este crime. Segundo contas feitas pelo DN, o Estado gasta, em média, 10,7 milhões de euros por ano com os agressores. O problema da violên-

cia doméstica é assumido pelo governo, com a secretária de Estado da Igualdade, Teresa Morais, na linha da frente a classificar o combate a este crime como de prioridade absoluta. Também António Costa, líder do PS, afirmou no congresso do partido que a violência doméstica será uma das batalhas que irá colocar na primeira linha se for primeiro-ministro por ser um dos “fenómenos que nos envergonham”.

A morte de Maria Pinheiro foi mais um desfecho que talvez pudesse ser evitado. Quem conhecia Mimi, como era tratada entre os amigos Maria Pinheiro, sabia que a relação com o marido, João, 53 anos, um bancário reformado, não andava bem. Até o sorriso com que recebia os turistas na Casa da Baía, onde promovia os moscatéis da terra, não era o mesmo, diz uma amiga. Passou a andar mais ansiosa nos últimos dias. Era, afinal, a crise conjugal que a atormentava.

Na quarta-feira, Maria decidiu dar o primeiro sinal de que se sentia ameaçada pelo marido e foi à PSP apresentar queixa. Passava das 21.00. Quis regressar a casa sem proteção, conta a polícia. O caso iria apenas ser acompanhado pela PSP. Mas não houve tempo para acompanhamento. Seis horas depois, Maria Pinheiro era morta pelo marido. A PSP explica que a situação foi avaliada nos “termos do risco e de acordo com a vontade ex-

pressa” por Maria Pinheiro no momento em que se deslocou à esquadra. Dado o “baixo risco”, por se tratar apenas de “violência psicológica”, acrescenta a mesma fonte, o casal ficaria somente referenciado.

“O homem não tinha antecedentes criminais”, revela ainda a PSP, para quem os dados disponíveis não permitem, para já, entender os contornos do crime. Eram cinco da manhã quando os agentes entraram no apartamento, num prédio da Rua Engenheiro Henry Perron, no bairro de Vanicelos. A mulher estava prostrada no chão. A equipa do INEM tentou reanimar a vítima, sem sucesso. Tinha golpes de uma faca, a mesma com que o marido, João, havia de tentar suicidar-se depois de oferecer resistência à polícia, que precisou da ajuda dos psicólogos do INEM para conseguir dominar o suspeito. Está internado no hospital com vários ferimentos.

10,7

milhões de euros por ano

É a verba que o Estado gasta, em média, com os 338 reclusos a cumprir pena por violência doméstica, os 723 arguidos por este crime com pulseira eletrónica e os 277 agressores sujeitos a proibição de contactos com geolocalização.

Terá sido uma amiga de Maria Pinheiro a avisar a PSP. É que depois de apresentar queixa na esquadra a vítima foi para casa, mas viria a ser alvo de um primeiro ato de violência, conseguindo fugir para casa de uma vizinha. O relógio marcava 03.00. Momentos depois, Maria arriscou o regresso a casa, acreditando que João estaria mais calmo. Às 04.45, a PSP recebeu o alerta para possível homicídio.

Com 52 anos, Maria Pinheiro tinha completado 25 de casada com João (53) depois de em 2013 ter regressado de Angola, onde trabalhou no Banco Caixa Geral Totta. João Cabral, amigo do casal, mostrou a sua perplexidade. “Tanto ele como ela, que conheço desde miúdos, são ótimas pessoas. Não se entende o que pode levar alguém a cometer uma atitude destas”, insiste.

Há dois anos, João regressou de África em nome de uma vida mais calma entre Setúbal e Troia, onde comprou casa. Maria ficou sempre em Setúbal com os dois filhos, hoje estudantes universitários em Lisboa. Trabalhou vários anos no edifício central da câmara, até ter sido destacada para a casa da Baía, um centro de promoção turística na Avenida Luísa Todi. “Quem entrava ali recebia sempre aquele sorriso. Ninguém podia imaginar que a crise conjugal fosse chegar tão longe”, diz uma amiga, abrindo a página do Facebook para mostrar como Maria e João partilhavam fotos das festas na noite de Troia.

Crime custa milhões ao Estado

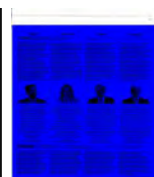
O sistema prisional e de reinserção social controla 1338 homens que agrediram as mulheres, o que custa ao Estado, em média, 10,7 milhões de euros por ano. “Se o Estado gastasse metade em prevenção a valer era muito melhor”, disse ao DN Daniel Cotrim, assessor da direção da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). “Depois da primeira avaliação de risco, as medidas urgentes de prevenção da violência devem ser tomadas em 48 horas. Uma medida essencial é a retirada do agressor de casa. Outra, nos casos em que é possível, é a aplicação da prisão preventiva”, defende.

Os 338 reclusos que cumprem pena de prisão pelo crime de violência doméstica custam 4,9 milhões de euros por ano. O DN fez as contas tendo por base o custo de 40, 10 euros por dia com cada recluso, segundo dados da Direção-Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais. Com os 723 agressores que estão sujeitos a prisão domiciliária com pulseira eletrónica, o Estado gasta, em média, 3,6 milhões de euros por ano, tendo por referência os custos por dia de cada vigiado (14,02 euros). Com os 277 arguidos sujeitos a proibição de contactos com a vítima através da tecnologia de geolocalização, o Estado despende 2,1 milhões de euros por ano (custo diário de 21,20 euros).



Quatro autarquias associam-se ao i para homenagear as vítimas da violência doméstica

Os números são alarmantes. Os casos de violência doméstica multiplicam-se. Mais do que palavras e lamentos quisemos contribuir com algo de mais relevante. Desafiar decisores para se comprometerem com um acto político com significado e que fosse uma marca para o futuro, uma marca de civilização. Quatro presidentes de câmara, Ricardo Rio, Almeida Henriques, Carlos Carreiras e Carla Tavares, aceitaram o desafio do i e comprometeram-se a tudo fazer para que uma mulher morta na sua cidade possa ter o seu nome perpetuado numa rua. O nome de uma mulher que simboliza o nome de cada uma das pessoas que sofre entre quatro paredes ou que não ficou para contar a história. Em nome do combate a este flagelo social que já vitimou 400 mulheres nos últimos 10 anos e que deixou 107 crianças orfãs de mãe desde 2012 a Outubro de 2014. São números demasiado elevados de uma praga que não pode continuar a ser ignorada



Braga

Amadora

Viseu

Cascais

CASOS

Adélia Ribeiro ainda lutou no hospital durante mais de um mês, mas não resistiu. Há muito que era vítima de violência doméstica. A 18 de Agosto de 2014, o marido atirou-lhe com álcool e ateou-lhe fogo com um isqueiro. A filha de 18 anos, que estava em casa e assistiu a tudo, socorreu a mãe, sofrendo ela própria queimaduras. Ainda evitou o pior naquele momento, mas a extensão dos ferimentos – 40% do corpo queimado – acabou por ditar a morte, aos 50 anos, de Adélia Ribeiro. O ano passado foi a única vítima mortal em Braga, mas houve mais duas tentativas de homicídio. De 2004 a 2013 houve 13 assassinatos em Braga. Uma destas vítimas, em homenagem a todas as outras, dará nome a uma rua.

Foi há pouco mais de um ano, a 12 de Janeiro de 2014. Era uma manhã de domingo e Manuela Santos abriu as portas do café de que era proprietária, em Alfragide. Há muito que era ameaçada pelo ex-companheiro, mas nunca levava as ameaças a sério. Nesse dia, ele estava novamente à espera à porta do café. A conversa acabou em discussão e a discussão em homicídio: aos 48 anos, Manuela Santos foi morta a tiros de revólver. Deixou três filhos, dois rapazes e uma rapariga. Em 2014 (dados até Novembro) houve mais duas tentativas de homicídio no concelho da Amadora, em casos de violência doméstica. Este município colocará também o nome de uma vítima, ainda não escolhido, na toponímia.

No ano passado, o distrito de Viseu – mais precisamente São João da Pesqueira – foi palco de um dos mais mediáticos casos de violência doméstica. Manuel “Palito”, que já usava pulseira electrónica, disparou sobre a ex-mulher, a própria filha, a mãe e a tia da ex-companheira. Estas duas últimas, Lina Félix (de 85 anos) e Elisa Barros (de 65) morreram. Manuel “Palito” esteve mais de um mês foragido. Entre 1 de Janeiro e 30 de Novembro de 2014 foram mortas três mulheres no distrito de Viseu num contexto de violência doméstica. O terceiro caso teve bem menos atenção mediática. As crónicas rezam apenas que, a 18 de Março, Conceição Rebelo, de 61 anos, foi asfixiada em casa pelo marido.

Cascais foi, em 2014, o exemplo de uma “não notícia” que é uma boa notícia: não houve registo de homicídios num contexto de violência doméstica. Em 2013 houve um caso, não havendo também registos em 2012 e 2011. Já em 2010, em Alapraia, no concelho de Cascais, um homem de 53 anos espancou a mulher. Chamada a polícia, os agentes foram recebidos a tiro – dois foram alvejados, sem gravidade. Barricado em casa, com a mulher sequestrada, a Unidade Especial de Polícia acabaria por arrombar a porta já ao início da noite. A mulher, de 49 anos, tinha sido morta a tiro. O agressor suicidou-se. Uma diferença substancial para os dias de hoje: o nome da mulher assassinada não foi então divulgado.



“A Câmara de Braga felicita o *i* por esta iniciativa. A violência doméstica é um flagelo social que importa erradicar. Além das diversas acções que a autarquia tem levado a cabo, não podemos deixar de nos associar a outras iniciativas – como é o caso desta homenagem”

Ricardo Rio
PRESIDENTE DA CÂMARA DE BRAGA



“O Município da Amadora está sensível ao fenómeno crescente da violência doméstica e tem procurado uma intervenção de proximidade com as vítimas. Contudo, por considerar que este apoio, por si só, não diminui este flagelo, estamos empenhados num trabalho de prevenção”

Carla Tavares
PRESIDENTE DA CÂMARA DA AMADORA



“Os testemunhos e os números de vítimas de violência doméstica são um retrato a negro da sociedade portuguesa. Em Viseu aderimos à ideia de homenagear as vítimas na toponímia de uma rua da cidade. Fazemo-lo no contexto de uma intervenção colectiva que nos comprometemos a aprofundar”

Almeida Henriques
PRESIDENTE DA CÂMARA DE VISEU



“Juntamente com os nossos parceiros pusemos no terreno uma série de políticas de prevenção, apoio e sensibilização para que em Cascais o medo não tenha hipóteses. Para que em Cascais a dignidade vença. Para que em Cascais um dos mais cobardes dos crimes não tenha nunca mais lugar, em lugar nenhum”

Carlos Carreiras
PRESIDENTE DA CÂMARA DE CASCAIS

POLÍTICAS

Firmino Marques é o responsável pelas políticas sociais na Câmara Municipal de Braga. Ao *i* faz questão de sublinhar, além do acompanhamento social da autarquia aos casos de violência doméstica, o trabalho desenvolvido pela APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima). O vice-presidente bracarense sublinha que, nesta altura, o município tem em fase final a recuperação de um edifício que será destinado ao acolhimento de vítimas de violência doméstica.

O município da Amadora tem, desde 2002, um serviço de apoio a vítimas de violência doméstica e às suas famílias, numa lógica de rede integrada de intervenção. Carla Tavares sublinha que, desde 2009, o município sinalizou “307 situações” de violência doméstica: “Essencialmente sobre mulheres, mas também temos casos de homens, e há também os casos de violência sobre os idosos”. A líder da autarquia destaca também um especial acento na prevenção, sobretudo nas escolas.

Viseu tem procurado construir uma “agenda de combate local, discreta mas efectiva, à violência doméstica”, refere fonte oficial da câmara ao *i*. A autarquia “mantém disponível diversas habitações não identificadas, de propriedade municipal, para acolher as vítimas”; refere a mesma fonte, destacando o “trabalho de diversas instituições locais que asseguram acolhimento e abrigo” às vítimas – “como a Casa do Povo de Abraveses, que tem um trabalho exemplar neste domínio”.

Cascais tem, desde 2003, um Fórum Municipal Contra a Violência Doméstica, que reúne os vários parceiros que trabalham nesta área. Em 2008 foi criado o primeiro Plano Municipal contra este crime. Cascais tem também no terreno o programa Contigo, dirigido aos agressores. Segundo o vereador Frederico Almeida com “excelentes resultados”: “Fizemos o follow up passados dois anos da implementação e há uma taxa de 80% de não reincidência”.



Quantas mais Marias terão de morrer para travar a violência dentro de casa?

Maria Pinheiro é a primeira vítima deste ano. A violência doméstica é o quarto crime mais praticado em Portugal e as queixas continuam a subir. Os especialistas avisam que, das polícias aos tribunais, ainda falta fazer muito

ROSA RAMOS
rosa.ramos@ionline.pt

Sempre que Maria Pinheiro falava em divórcio a conversa azeitava. Anteontem à noite decidiu ir à esquadra da PSP. Apresentou queixa contra o marido por violência doméstica. Horas depois, às 4h45, quando a ambulância e a polícia chegaram ao apartamento do casal – numa das zonas nobres de Setúbal –, Maria estava morta, o corpo no chão da sala envolto numa poça de sangue.

A primeira vítima de homicídio conjugal de 2015 foi esfaqueada pelo marido, um reformado da banca, que assim pôs fim a um casamento de 25 anos. Maria Pinheiro entrou agora para uma lista que não pára de crescer: nos últimos dez anos, 400 mulheres foram assassinadas em contexto de relações de intimidade. As estatísticas mostram ainda que o ano passado se atingiu o

recorde de mulheres mortas por maridos, namorados ou ex-companheiros: foram 42, segundo o observatório da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR). E em 57% dos casos havia relatos anteriores de violência doméstica.

As queixas apresentadas às forças de segurança por agressões dentro de portas também têm subido. Os dados mais recentes, do primeiro semestre de 2014, revelam que as polícias registaram 13 071 participações, mais 2,3% que no mesmo período de 2013. Este aumento poderá não significar que mais mulheres estejam a ser vítimas de violência em casa. O psicólogo forense Mauro Paulino, especialista no fenómeno da violência doméstica, ressalva, na entrevista ao lado, que nos últimos anos o tema deixou de ser tabu e as vítimas – quase sempre isoladas pelos agressores, com baixa auto-estima e sem uma rede social de

apoio – têm maior consciência de que há alternativas a que podem recorrer se denunciarem o crime.

Ainda assim, a análise ao fenómeno está longe de ser consensual. António Teixeira, antigo inspetor da Polícia Judiciária (PJ), acredita que a crise económica e o desemprego poderão estar por trás do aumento da violência conjugal. Os casais passam mais tempo em casa e, se já existir um historial de conflito, “essa proximidade pode agudizar os problemas”, defende. A tese é sustentada nas estatísticas, que mostram que a maior parte destes casos ocorre nos meses de Verão – altura em que os casais estão de férias. A crise, por outro lado, também será responsável por cada vez mais divorciados terem de viver debaixo do mesmo tecto.

O certo é que há cada vez mais queixas e o aumento não se verificou apenas nos primeiros seis

Nos últimos dez anos, 400 mulheres foram assassinadas em contexto de relações de intimidade

FERRAN SOLER/GETTY IMAGES

soa, mesmo anonimamente, pode apresentar queixa. Nos últimos anos, polícias e magistrados tiveram formação para lidar com o fenómeno. No final do ano passado havia perto de meio milhão de reclusos nas cadeias a cumprir pena por terem agredido companheiras ou ex-companheiras. Mais de 700 estão em prisão preventiva com pulseira electrónica e quase 300 proibidos de contactar as vítimas, monitorizados por sistemas de geolocalização.

Ainda assim, a procuradora Fernanda Alves, responsável pela Unidade contra a Violência Doméstica do DIAP de Lisboa (criada para o tratamento destes processos), recorda que o estudo português mais recente sobre o tema concluiu que 38% das mulheres dizem ter sido, em algum momento da sua vida, vítimas de um acto de violência física, psicológica ou sexual: "Os custos para as mulheres, para aqueles que lhe estão próximos e para a sociedade, ao nível social, económico e de saúde, são por demais significativos."

O que falta então fazer? A advogada Maria Filomena Neto defende a necessidade de maior celeridade na justiça – de maneira a diminuir o hiato de tempo entre a prática do crime e o seu julgamento. Mauro Paulino alerta para a "falta de articulação" entre os tribunais de família e os tribunais judiciais nos casos em que há menores. O psicólogo forense salienta ainda a importância de desconstruir "a ideia de que um homem pode ser um mau marido mas um bom pai". E com isso não se interditam as visitas aos filhos, mantendo-se a exposição das mulheres ao perigo, uma vez que ficam obrigadas a cumprir a regulação do poder paternal.

A procuradora Fernanda Alves realça a importância da prevenção e da "alteração de valores, comportamentos e atitudes", nomeadamente nas escolas. É pela mudança da lei – "no sentido de operacionalizar as diversas jurisdições que tratam do problema: a penal, de família e cível" –, pelo "alargamento das metodologias de avaliação de risco" e pela maior formação de magistrados e polícias. "Ainda há muito por fazer", remata Mauro Paulino.

P&R

Mauro Paulino

Psicólogo forense, especialista em violência doméstica

"A violência doméstica é um problema de saúde pública grave"

A violência doméstica continua a aumentar. Que razões poderão explicar este fenómeno? Não sabemos se a violência doméstica está de facto a aumentar. Aquilo que sabemos é que as denúncias subiram e que a sociedade está mais sensível ao tema. A violência no casal deixou de ser um tabu e as vítimas têm maior consciência de que existem alternativas e respostas a que poderão recorrer no caso de denunciarem os agressores.

A crise não explica, portanto, o aumento dos números? A crise é uma variante a ter em conta porque as vítimas poderão ter maior dificuldade em se autonomizar. Ainda assim, não pode ser vista como um factor determinante. Nem o fenómeno da violência doméstica pode ser reduzido a essa variante.

Trata-se de um fenómeno que existiu sempre? Sim. E o mais assustador é que, se compararmos testemunhos de vítimas de há 30 ou 40 anos e testemunhos actuais, verificamos que a dinâmica da violência continua a ser muito semelhante.

Porquê? Temos olhado para a violência doméstica de forma incompleta. É preciso trabalhar o agressor, mas também a vítima. As mulheres agredidas demoram, em média, 13 anos a apresentar queixa. Além de punir o agressor, temos de ser capazes de transmitir às vítimas que devem agir mais cedo e que terão apoio se o fizerem. Na violência doméstica existem três momentos de grande risco. O primeiro quando a vítima regressa a casa depois de ter apresentado queixa e o

agressor é notificado. O segundo, quando a mulher tenta separar-se. E um terceiro momento, geralmente mais afastado no tempo, quando o agressor ganha consciência de que a vítima se foi embora e não vai voltar. Por isso é preciso que existam técnicos no terreno capazes de fazer uma avaliação de risco de cada situação, traçando planos de segurança para as vítimas.

Por que razão as mulheres demoram tanto tempo a apresentar queixa? Há mulheres que se vão embora a seguir ao primeiro estalo. Outras não. A diferença está no registo emocional de cada vítima, nos traços de personalidade construídos a partir da educação e do processo de socialização a que foi sujeita ao longo da vida. Essa construção é responsável por uma maior ou menor auto-estima e por uma maior ou menor confiança. Quanto menor for a auto-estima da mulher, mais vulnerável estará. Há mulheres brilhantes do ponto de vista intelectual e com carreiras bem-sucedidas que são vítimas de violência por serem frágeis em termos de inteligência emocional.

Os homicídios em contexto conjugal também estão a aumentar. A violência doméstica está mais violenta? Eu diria que não. A questão dos homicídios é bastante complexa. Tem a ver com a educação, o sentimento de posse, personalidades paranoicas, dependentes, entre muitos outros factores. Aquilo que é importante ressaltar é que a existência de uma avaliação de risco das vítimas de violência doméstica poderia

contribuir para reduzir estas 40 mortes.

Como poderemos combater mais eficazmente estes fenómenos? A violência doméstica é um problema de saúde pública grave. É preciso trabalhar os agressores, na perspectiva de controlar os impulsos, e as vítimas, no sentido de conseguirem identificar o que é a violência e compreenderem que podem e devem reagir. Depois é preciso um trabalho de fundo e que demora anos a surtir efeito: educar, nas escolas, para os afectos e para a noção do outro e do que é magoar o outro.

Os tribunais têm lidado bem com a violência doméstica e a protecção às vítimas?

Por vezes existe alguma insensibilidade. Precisamos de não ter receio de aplicar a prisão preventiva aos agressores. Para isso é preciso que as polícias consigam fazer uma boa avaliação de risco no terreno. Por outro lado, por vezes há alguma falta de articulação entre os tribunais de família e os tribunais judiciais nos casos que envolvem menores: o tribunal judicial decreta uma medida de afastamento da vítima e o tribunal de família não sabe. Há casos em que não tem conhecimento sequer de que existe uma situação de violência doméstica e a vítima – mesmo estando numa casa-abrigo – é posta numa situação de risco para cumprir a regulação do poder paternal e entregar as crianças ao agressor. Por último, há que desconstruir o mito de que um homem pode ser um mau marido, mas ainda assim ser um bom pai – não se interditando as visitas aos filhos.



crime disse ele

Carlos Anjos, ex-inspetor da PJ e atual presidente da Comissão de Proteção às Vítimas de Crimes

Violência doméstica

Os números da vergonha nacional



NO ÚLTIMO ANO, 42 MULHERES FORAM ASSASSINADAS PELO ATUAL OU PELO EX-COMPANHEIRO. QUASE SEMPRE PELA FORÇA DA ARMA BRANCA

O ano de 2014 fica marcado pela morte de 42 mulheres em ambiente doméstico. Destas, 35 morreram às mãos dos atuais ou ex-maridos, companheiros ou namorados. As outras sete mulheres foram também assassinadas em ambiente doméstico, mas pelo pai, tio ou sogro, enfim, por outras pessoas que não o antigo companheiro.

Em média, morreram quatro mulheres por mês no ano. Uma por semana. Em cerca de 30% das situações, a mulher foi morta já depois de estar separada do agressor, sendo que, em muitos casos, estava já mesmo divorciada, tendo o crime ocorrido quando a vítima iniciou uma nova relação.

A maioria dos crimes foi cometida com recurso a uma arma branca, mais concretamente uma faca (37%). Este facto tem duas explicações: a primeira prende-se com o facto de a faca, o cutelo, o machado ou qualquer outro tipo arma branca ser de fácil acesso. Qualquer indivíduo tem um destes objetos em casa, pelo que a sua utilização num

caso de conflito é simples. Está à mão. Mas pode significar uma outra coisa. A morte originada por arma branca é por norma mais demorada do que a produzida por uma arma de fogo, e por isso causa mais sofrimento à vítima. Nestes casos, o agressor demonstra, de forma mais nítida, a raiva que sente em relação à sua vítima, bem como a intenção de a fazer sofrer. E essa raiva, essa fúria, esse descontrolo, da parte do agressor, é visível em muitas destas mortes, dado ao elevado número de golpes desferidos. São numerosos os casos em que as mulheres são atingidas por sete, oito, nove ou mais facadas, existindo um caso em que a vítima sofreu 17 facadas.

A arma de fogo foi o segundo meio mais usado (32%) em quadros conjugais fatais, no último ano. Nos casos restantes, os homicidas escolheram o afogamento, a asfixia, o estrangulamento, o espancamento e o fogo. Todos estes dados fazem parte de um estudo da UMAR.

Em termos puramente estatísticos, o ano de 2014 foi pior do que 2013, ano em que

Em trinta por cento dos casos, a mulher é morta depois de já estar separada do agressor, ao iniciar uma nova relação

Em 2013 tinham morrido em ambiente doméstico 37 mulheres. Menos cinco do que em 2014

Na última década morreram 398 mulheres em contexto de violência doméstica. Quase 40 em cada ano

37 mulheres perderam a vida por crimes em ambiente doméstico.

Na última década, morreram 398 mulheres em Portugal, vítimas em contexto de violência doméstica. Este número terrível dá-nos uma média de quase 40 mulheres assassinadas por ano (39,8). Da análise destes dados, constata-se uma certa constância dos números na última década, com variações que neste campo – o das mulheres assassinadas em ambiente doméstico – não são significativas, sendo que quer o número de homicídios ocorridos em 2013 (37), quer em 2014 (42), se encontram dentro da fronteira desta terrível média.

Nada mudou

Temos de concluir que apesar das alterações legais que ocorreram nesta última década, da maior especialização e formação de todos os atores, nomeadamente das ONG, associações de apoio à vítima, forças de segurança, tribunais, entidades oficiais, da maior visibilidade do fenómeno, das diversas campanhas de informação, de to-



VIGÍLIA EM MEMÓRIA DAS VÍTIMAS, EM NOVEMBRO ÚLTIMO

das as campanhas de prevenção, dos diversos planos de combate à violência doméstica – não fomos ainda capazes de diminuir nem o elevado número de participações ou queixas do crime de violência doméstica, nem sequer o número de mortes.

As causas são várias, sendo que predominam o ciúme doentio, os problemas de dependências – álcool e estupefacientes – e até situações de puro machismo, onde o agressor entende que a companheira é um objeto cujo proprietário é ele, e que em circunstância alguma tem a possibilidade de por sua von-

As causas são várias, sendo que predominam o ciúme doentio, problemas de dependência ou puro machismo

tade sair daquela relação.

Mas será que num futuro, que queremos próximo, conseguiremos fazer baixar estas estatísticas, que são terrivelmente negativas?

No que diz respeito ao número de participações relativas ao crime de violência doméstica, entendo que é possível conseguirmos esse desiderato, apostando quer na prevenção quer na informação e, principalmente, na educação das novas gerações. Já quanto ao número de homicídios, tenho muitas dúvidas de que consigamos reduzi-lo de forma drástica. E porquê? Ora vejamos. Pode-

mos dividir o crime de homicídio em dois grandes grupos: o homicídio contra desconhecidos e o homicídio cometido contra conhecidos. O primeiro grupo é aquele mais difícil de investigar porque não existe nenhuma relação entre a vítima e o assassino. Não se percebe a motivação, logo é difícil encontrar um fio condutor na investigação. O segundo grupo é aquele em que existe uma relação entre a vítima e o agressor e é mais fácil de investigar, pois basta perceber a motivação. Dentro deste grupo encontramos, entre outros, os homicídios por encomenda, onde é ne- ▶

crime disse ele

► cessário identificar o autor material (aquele que mata) e o autor moral (aquele que encomendou a morte), os homicídios por ajuste de contas, normalmente ligados a negócios ilícitos, e todos os outros tipos de homicídios.

O maior grupo é aquele em que existe um conhecimento profundo entre vítima e assassino, e é aqui que caem os homicídios entre vizinhos, normalmente por questões de terras, de património, de má vizinhança, entre outros, os homicídios por questões de honra, homicídios por desavenças pessoais e também os homicídios em ambiente familiar.

Convívio diário

Estes crimes têm em comum o facto de a vítima e o assassino se verem ou contactarem quase diariamente. Esta situação faz com que interiormente as questões e problemas mal resolvidos entre as partes se vão agravando e acentuando, sendo que, na sua ótica, tudo o que a vítima faz é entendido pelo agressor como algo que é feito para o humilhar, para o segregar, para o minimizar, para o inferiorizar aos olhos de todos. Por norma não é, sendo que na maioria dos casos a vítima apenas quer distância do agressor, de forma a que todos os problemas que existam tenham um fim. Mas, infelizmente, não é assim que o agressor vê a situação. Normalmente, até por problemas psíquicos ou de personalidade, o agressor entra numa visão afunilada do problema, em que tudo o que lhe acontece é culpa da vítima, a qual comete depois o pecado de seguir com a sua vida para a frente e de querer ser feliz. Isto é algo que o agressor jamais admite.

A tudo isto, no caso dos homicídios em ambiente doméstico, junta-se a situação de divórcio, as partilhas de bens e a guarda dos filhos. O

ambiente é explosivo.

Estes agressores são principalmente homens, normalmente com baixa capacidade de resiliência, baixa capacidade de reação a situações de frustração, que inculcam os seus problemas e para quem a resolução dos mesmos apenas se obtém com a morte da vítima e, em muitos casos, seguida da sua própria morte através de suicídio. Este tipo de agressor não teme as consequências penais dos seus atos. Por norma, depois de cometerem o crime, entregam-se voluntariamente às forças de segurança ou vão para as suas casas, esperando pacientemente que os vão deter. São raros os casos em que fogem ou tentam esconder o crime que cometeram. Existem ainda os mais fracos, os mais cobardes, que depois de matarem a sua companheira simulam tentativas de suicídio.

Neste tipo de crime, a prevenção é quase impossível. E as causas são essencialmente de natureza psíquica. Os autores deste tipo de crimes são claramente imputáveis, ou

Depois dos homicídios dentro no casal, vêm aqueles ocorridos nas famílias e entre vizinhos

São raros os casos em que o homicida, depois de matar a mulher, foge ou tenta esconder o crime que cometeu

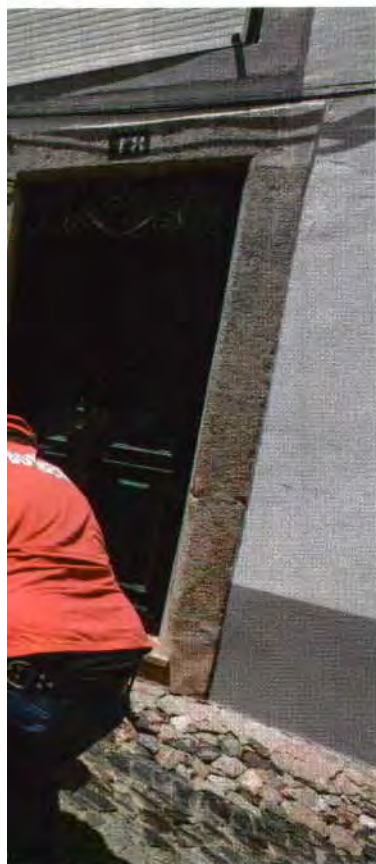
seja, têm a noção de todos os seus atos, querem fazer aquilo e desejam o resultado, ou seja, a morte da vítima. Por norma, são crimes planeados. Há muito que projetaram nas suas mentes a morte das suas vítimas, afirmando por norma que 'não és minha, não és de mais ninguém'. É por isso que, mesmo sendo eu otimista, prevejo muitas dificuldades na luta contra este verdadeiro flagelo, como se constata pela constância dos números, que as estatísticas nos transmitem.

Próximos das vítimas

Se analisarmos os números relativos ao crime de homicídio nos países ocidentais nas últimas décadas, facilmente chegamos à conclusão que este tipo de crime tem crescido exponencialmente nos homicídios contra conhecidos e, dentro deste grupo, nos homicídios em que existe uma relação forte entre vítima e agressor, seja ela de amizade, de vizinhança ou de outro qualquer tipo de relacionamento, inclusive de amor, pelo que ficamos com a noção de quão difícil será baixar



CARINA DE DEUS MORREU EM ÉVORA, AOS 27 ANOS



HUGO RAINHO



GETTY IMAGES

O QUADRO DE VIOLÊNCIA TERMINA MUITAS VEZES DA PIOR FORMA

estes números. Se analisarmos os homicídios ocorridos em Portugal, rapidamente chegamos à conclusão que, depois dos crimes de violência doméstica, vêm outro tipo de homicídios ocorridos no interior das famílias, em relações de vizinhança, resultantes de problemas sociais e políticos, ou seja, de questões do dia, crimes oriundos das relações interpessoais das vítimas e dos agressores.

Mas este é um problema mundial e não apenas português, e por isso de tão difícil

No ano passado, em Espanha, 71 mulheres foram mortas pelos maridos, namorados ou pelos companheiros

resolução. Só nos EUA (que têm população de 320 milhões), entre o ano 2000 e o ano 2009, cerca de 1200 mulheres foram assassinadas pelos maridos ou companheiros. Em Espanha (46 milhões), no ano passado, 71 mulheres foram mortas pelos maridos ou companheiros.

Os números da violência contra as mulheres são impressionantes. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, quase metade das mulheres assassinadas são mortas pelo marido ou namorado, atual ou ex. No Bra-

sil, uma mulher é espancada a cada 15 segundos. Na Inglaterra, por semana, duas mulheres são mortas pelos seus parceiros, ou seja, o dobro de Portugal. Na França, por ano, 25 mil mulheres são violentadas. Em todos estes países, o número de homicídios contra pessoas que se relacionam é altíssimo.

É esta a realidade que vivenciamos, é preciso conhecê-la para a podermos combater, sabendo que só teremos sucesso se o combate for integrado entre prevenção, repressão e educação.

Violência doméstica

Se Alice saiu de casa foi para não morrer



Durante anos, Alice sofreu ameaças, insultos, humilhações. “Essas palavras nunca saem da cabeça.” São piores do que as agressões físicas, diz também Sílvia. Numa das 37 casas de abrigo existentes em Portugal para vítimas de violência doméstica, uma e outra tentam refazer a vida com os filhos. Aqui, o número de entradas de mulheres em situação de emergência quase duplicou desde 2012

Ana Dias Cordeiro

Chegam com medo, por vezes apenas com a roupa que trazem no corpo. Na incerteza, sem saber como dar rumo a uma vida que, aos poucos, se desfez na violência que invadiu os seus dias.

Deixam para trás a casa, os pais, os irmãos, os amigos, o emprego, o curso. Algumas planeiam a saída, em segredo. Outras não têm tempo para isso. Fogem a um ataque físico ou a uma ameaça súbita. Saem sempre no desconhecimento dos agressores. Chegam às casas de abrigo quase sempre com os filhos. Sentem-se protegidas e ao mesmo tempo presas, condenadas – em vez deles – a um afastamento forçado, a recomençar uma vida noutro lugar.

Todas têm histórias distintas, mas

semelhantes nas humilhações que sofriam – “os maus tratos psicológicos eram bem piores do que os físicos” –, nas acusações de que eram alvo sem se poderem defender e nas ameaças que ouviam quando pediam o divórcio ou acenavam com a hipótese de uma queixa na polícia – “Eu mato-te a ti e ao filho que trazes no ventre.”

Durante anos, Sílvia isolou-se da família e dos amigos, sem pensar nas consequências de se anular assim. Durante três anos, sofreu em silêncio. Assim passou todo o tempo da gravidez. Aos poucos, desaprendeu a cuidar da imagem, a olhar-se ao espelho e a acreditar em si. “Comecei a acreditar que era verdade o que ele me dizia.” Que era louca, que não valia nada e servia para muito pouco. Foi ganhando forças e um dia saiu de casa. Até então era vergonha o que sentia.

Sílvia esteve em pelo menos duas casas de abrigo, das 37 que existem no país para acolher vítimas de violência doméstica. São geridas por várias instituições e associações co-

mo a APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima), a UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta), a AMCV (Associação de Mulheres contra a Violência), a Santa Casa da Misericórdia, entre outras. Algumas destas casas passaram a prever, nos últimos anos, lugares para acolhimento de emergência.

De uma delas, Sílvia foi obrigada a sair em poucas horas, depois de o ex-marido a descobrir ali. Já tinha um contrato para começar a trabalhar nesse concelho e uma inscrição na creche para o filho que entretanto nasceu. Já tinha ensaiado uma nova vida. Teve de deixar tudo para trás, uma segunda vez. Ela e o filho foram levados de noite, como fugitivos, para outra casa de abrigo. Hoje estão na Casa Alcipe em Lisboa, um dos dois abrigos geridos pela APAV.

Por esta casa, desde a abertura em 2006, passaram 350 mulheres vítimas de violência doméstica e os seus filhos, expõe a directora, Cátia Rodrigues. E ao longo desse tempo, as situações de violência têm-se tor-

nado mais violentas, nota. O recurso a armas, por exemplo, explica em parte o número de mortes nos últimos anos. Em 2014, morreram 42 mulheres em contexto de violência doméstica em Portugal.

Além dessa tendência, também o número de pessoas que chegam em situação de emergência aumentou muito na Casa Alcipe. Em 2012, entraram 32 pessoas (entre mulheres e crianças) nessas circunstâncias, e esta casa de abrigo passou a prever esse tipo de acolhimento, até então inexistente. Em 2013, foram 44. No ano passado, esse número subiu para 54.

Visível é também o facto de o tempo de permanência na casa de abrigo ser agora muito superior àquilo que era habitual – e que Cátia Rodrigues atribui, pelo menos em parte, à conjuntura de crise. As vítimas têm mais dificuldade em encontrar emprego ou uma casa para arrendar, e vão ficando. O tempo regulamentado, para o regime prolongado, é de seis meses. Antes da crise e do aumento do

desemprego, muitos acolhimentos duravam entre dez e 18 meses. Agora, duram no mínimo um ano. Nalguns casos, chegam a durar dois anos.

Também aqui já vieram bater à porta alguns agressores, à procura das suas ex-companheiras. Mas nenhum destes episódios teve consequências sérias. Chegaram à casa, cuja localização é confidencial, muitas vezes por culpa das próprias vítimas, que, nalguns casos, aceitam que os ex-companheiros as contactem por telefone e depois se aproximem.

Marcas profundas

“As histórias são todas diferentes, mas todas têm o mesmo denominador”, descreve Cátia Rodrigues. “O abuso emocional e os maus tratos psicológicos são situações que deixam marcas mais profundas. São episódios vividos com maior intensidade por elas.”

Durante os primeiros meses na casa, algumas mulheres continuam a justificar cada movimento, como faziam quando estavam com os compa-



ENRICO VIVES-RUBIO

nheiros. E mostram-se extremamente vigilantes nas saídas à rua, como se continuassem a ser seguidas por eles. “Leva tempo até perceberem que são mulheres livres”, diz a psicóloga Cátia Rodrigues. “Durante muito tempo, foram reduzidas a um nada.”

Algumas destas vítimas tiveram tempo de programar a saída de casa e chegam com algumas roupas numa mala. Outras são trazidas de um momento para o outro, ou das urgências do hospital, onde deram entrada por causa das agressões. Essas situações são encaminhadas pelos técnicos dos serviços sociais dos hospitais. Outras situações, que se arrastam no tempo, são encaminhadas através da Segurança Social, das escolas ou das comissões de protecção de crianças e jovens, que sinalizam situações de risco. Também surgem pedidos dos gabinetes de apoio às vítimas ou pelo tribunal, quando houve uma denúncia.

“São pessoas que, de repente, se vêem sem nada. Chegam com muito medo. Medo de represálias dos ex-

“O abuso emocional e os maus tratos psicológicos são situações que deixam marcas mais profundas. São episódios vividos com maior intensidade por elas”

companheiros, de serem confundidas com pessoas loucas, que faltam à verdade. Medo que as comissões de protecção lhes retirem as crianças”, relata Cátia Rodrigues. “Vêm muito desorganizadas, com dificuldade de concentração, de memória e em situar-se no tempo. Muitas chegam com um historial de de-

pressão.” Algumas sofrem insónias.

Algumas vezes, o isolamento em que viviam, porque deixavam que os ex-maridos as afastassem do resto da família e dos amigos, “faz com que se sintam ainda mais desvalorizadas e pequeninas”, acrescenta a psicóloga.

A maior parte das mulheres chega com os filhos. “Algumas crianças vêm perturbadas com o sofrimento das mães”, descreve a responsável. “Umam chegam muito agitadas, têm pesadelos nocturnos ou dificuldade em adormecer. Mas também há crianças apáticas. Aconteceu com dois bebés. Ficavam muito parados. Só passado algum tempo, voltaram a ser crianças.” Muito depende da idade da criança e da forma como vivenciaram a violência. Entre as mais crescidas, muitas revelam dificuldades na escola.

Segundas oportunidades

“Se eu saí de casa foi para dar um rumo à minha vida e tentar dar uma vida melhor à minha filha”, diz Alice.

Se Alice saiu de casa, foi também para não morrer. Aos ataques verbais seguiram-se as agressões físicas e, mais tarde, as ameaças com facas.

Foi como se não visse todos esses anos passar. Perdeu-se na conta das segundas oportunidades que deu ao marido, quando este mostrava arrependimento e pedia perdão. O ciúme transfigurava-o e o álcool piorava as coisas. Alice não sabe onde encontrou forças para suportar os insultos e as acusações de “mulher vulgar”, “capaz de ir com qualquer homem”, que ele lhe lançava à frente da filha.

“Se ele te matar, eu mato-o a ele”, dizia-lhe a filha, quando ainda tinha oito ou nove anos. A criança passou depois a viver assombrada pelo medo de que a mãe se suicidasse. Nos últimos tempos, Alice não saía de casa e muitas vezes ficava fechada no quarto, incapaz de olhar a vida em frente. Também ela passou a gritar por tudo e por nada. Dormia com uma pequena faca escondida debaixo da cama. Um dia pediu ajuda. Saiu

da sua residência em Bragança, foi acolhida em situação de emergência, numa casa de abrigo. Passou depois por outro antes de chegar à Alcipe, em Lisboa, onde está em acolhimento prolongado.

Já por aqui passaram pessoas licenciadas ou com o 12.º ano, mas são sobretudo mulheres sem a escolaridade obrigatória e com poucos meios que recorrem ao acolhimento por falta de alternativas, explica Cátia Rodrigues.

Sílvia, por exemplo, não ficou com a família, porque isso seria manter o perigo de uma aproximação do agressor. O medo perturbou o dia-a-dia de todos – os padrinhos de Sílvia, que a criaram e a quem chama “pais”, os irmãos, os sobrinhos. Também por isso ela se afastou. Preparou a saída de casa com toda a precaução. Mesmo assim, e desde então, também a sua família teve de mudar da casa onde sempre viveu no Algarve. Estão em parte incerta, pelo menos até uma decisão judicial, que pode ser uma medida de afastamento do agressor.

A violência era sobretudo psicológica – acompanhada mais tarde de ameaças de morte. E mesmo a violência visível fora das quatro paredes de casa era ignorada por vizinhos e até amigos. Só os padrinhos de Sílvia se dispuseram a testemunhar. O desfecho do processo é por isso uma incógnita. Nem ela nem a família têm planos de algum dia regressar ao concelho onde moravam.

Sílvia não pensou no suicídio, mas várias vezes imaginou: “Se eu não tivesse nascido, nada disto acontecia.” Não faria sofrer os outros. Durante muito tempo, não contou nada à família. Depois, tudo se tornou evidente. E já depois de sair de casa, o sobrinho de sete anos, que várias vezes assistiu às ameaças de morte contra o avô, recusava sentar-se à mesa de jantar enquanto a porta não estivesse trancada.

As agressões, com cabelos puxados ou braços torcidos, eram a forma que o companheiro de Sílvia encontrava para a forçar a ouvir. Ela sentia dor, mas não tanta como a que sentia quando aquela voz ecoava, tantas e tantas vezes, dentro dela. “Quando somos rebaixadas psicologicamente, sentimos vergonha de nós próprias, perdemos a vontade de viver.”

Sílvia consegue vislumbrar o fim do tormento e o início de algo melhor para ela, para o filho, para o resto da família, que vai poder reencontrar em breve, num lugar onde também eles estão a refazer a vida. Os insultos talvez permaneçam para sempre com ela. “Essas palavras nunca saem da nossa cabeça.” Mas aos poucos reaprendeu a olhar-se ao espelho. E a acreditar em si.

Alice e Sílvia são nomes fictícios



C Zoom // Justiça

Directiva impõe "avaliação individualizada em relação a todas as vítimas para determinar se correm o risco de vitimação secundária, de intimidação ou de retaliação, e de que medidas de protecção precisam"

GETTY IMAGES



Justiça. Portugal vai ter um Estatuto da Vítima

Ministério da Justiça está a trabalhar na transposição de uma directiva europeia dedicada à protecção e apoio às vítimas de criminalidade violenta. APAV chama-lhe uma "pequenina revolução" num sistema muito virado para a "defesa do arguido"

SUSETE FRANCISCO
susete.francisco@ionline.pt

O governo está a preparar uma proposta que vai instituir na legislação portuguesa um Estatuto da Vítima. A alteração resulta de uma directiva europeia que deverá ser transposta até ao próximo mês de Novembro. Para a APAV, organização que trabalha no terreno com vítimas de crimes, trata-se de uma "pequenina revolução" num sistema legal "muito virado para a defesa do arguido".

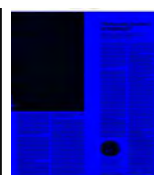
A directiva europeia, datada de 2012 está agora a ser trabalhada no Ministério da Justiça – que já pediu pareceres a várias entidades – e estabelece "nor-

mas mínimas" relativamente aos direitos, apoio e protecção das vítimas de crimes, particularmente nos casos de criminalidade violenta. A começar no "direito à informação", que a legislação europeia aponta como um dos "mais importantes, porque é uma forma de acesso a todos os outros, mas também um dos mais negligenciados". Em causa está não só a informação sobre o decurso do processo penal, como a que respeita aos direitos que assistem à vítima.

No fundo, explica Maria João Guia – relatora nacional de um projecto europeu que visou apurar as medidas de protecção em vigor na União Europeia e fazer recomendações nesta matéria –

trata-se de alargar a todas as vítimas medidas que em muitos casos já existem, mas que estão restringidas a crimes específicos, sobretudo a violência doméstica. Um exemplo: "Uma pessoa que é agredida pelo companheiro ou ex-companheiro vai à polícia e apresenta queixa. De imediato recebe um documento atestando que é vítima de violência doméstica, para poder ter assistência médica – urgente ou não – alojamento em casas de acolhimento, etc.. Uma vítima de tráfico de pessoas, por exemplo, não recebe esse documento".

A directiva estabelece que "uma pessoa contra a qual tenha sido cometido um crime deve ser reconhecida como vítima, independentemente de o autor do crime ter sido identificado, detido, acusado ou condenado". O estatuto pode também ser aplicado a familiares "de uma pessoa cuja morte tenha sido causada directamente por um crime". Tal como já acontece em Portugal nos casos de violência doméstica, a directiva impõe uma "avaliação individualizada em relação a todas as vítimas para determinar se correm o risco de vitimação secundária, de intimidação ou de retaliação, e de que medidas especiais de protecção precisam". Nesta avaliação devem ser pesadas "as preocupações e os receios das vítimas". Outras medidas previstas



“Temos sido pioneiros na legislação”

Académica diz que o caminho deve ser um maior trabalho “em rede” entre os vários operadores judiciais

Maria João Guia, académica, inspectora-adjunta do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), foi a relatora nacional de um projecto que se estendeu a 27 estados-membros da União Europeia, e que pretendeu apurar as medidas legislativas de protecção das vítimas, a sua eficácia, e fazer recomendações concretas para uma melhor aplicação da directiva que cria o Estatuto da Vítima.

Diz que o sistema penal português é “arguidocêntrico”?

Na nossa legislação estão mais protegidas as formas de se poder acusar e de procurar encontrar os agressores. Houve um cuidado, durante muitos anos – e bem – em dar à Justiça formas de melhor investigar. Daí dizer-se que o nosso sistema será tendencialmente arguidocêntrico e que a vítima terá sido relegada um pouco para segundo plano, uma vez que não há nada directo, concreto e específico que pense na vítima. Por exemplo no Código do Processo Penal está a figura do assistente. Quando a vítima quer pronunciar-se ou juntar alguma coisa ao processo tem que se constituir assistente e pagar. Na fase que atravessamos é complicado, há pessoas que não têm directo acesso nem conhecimento...

O relatório conclui que existe uma certa hierarquização de vítimas, em Portugal. Porquê?

Nos últimos anos foi dada uma atenção especial a determinado tipo de vítimas, nomeadamente as de violência doméstica. Houve mais legislação, mais medidas, mais preocupação em

dar uma resposta directa a estas vítimas. E bem, porque era e continua a ser um problema grave. Agora talvez seja altura de olhar também para vítimas de outros crimes.

De alguma forma o que se pretende aqui é pegar nos direitos conferidos às vítimas de violência doméstica e alargá-los a outro tipo de vítimas.

Sim. Naturalmente terá que haver regras, não é simples, tem que haver um escrutínio para se perceber quem é vítima e a que é que pode ter acesso, mas isso é regulamentável.

Os vários agentes judiciais são fundamentais...

Na directiva é dada uma grande importância à formação e sensibilização dos vários operadores da Justiça, para que todos os envolvidos, nomeadamente aqueles que lidam directamente com a vítima, que as acolhem, que as encaminham no processo criminal, possam ser sensibilizados. Uma vítima pode não surgir perante nós com a imagem tradicional que temos, pobrezinha, chorosa. Pode ser uma pessoa qualquer, que não deixa de ser vítima por não ter o comportamento que nós, no nosso imaginário, achamos que deve ter. Essa sensibilização é extremamente importante. Às vezes basta uma pequena atenção, basta ter essa sensibilidade, para que a vítima se sinta mais confiante e se sinta mais à vontade para relatar a sua história, o que depois irá beneficiar o sucesso da investigação.

O acompanhamento personalizado da vítima é um eixo central desta directiva...

É. E eu acho que nós temos sido pioneiros na legislação. Por exemplo na área dos imigrantes somos o segundo melhor país em termos de medidas de integração, a nível internacional (o primeiro é a Suécia). No acesso à saúde, aos hospitais, à educação, à Justiça, etc. A nossa legislação tem vindo a aplicar, em termos teóricos, aquilo que consegue e que pode. Às vezes demora um ano ou dois a repercutir-se na prática, mas fazemo-lo. Por exemplo, neste último ano parece-me ter havido um maior trabalho em rede entre os operadores, o que levou a que várias vítimas pudessem ter um apoio mais personalizado. Esse será o caminho, será a aposta.

passam pela “existência de entradas e zonas de espera separadas reservadas às vítimas” nos tribunais e postos de polícia ou por “programar o processo penal de forma a evitar contactos entre a vítima ou os seus familiares e o autor do crime”. A directiva sugere também uma “actuação mais pró-activa” dos vários operadores que lidam com as vítimas, ao longo do processo penal, e uma maior formação dos agentes.

UM “SUJEITO DE DIREITOS” Para a jurista Ana Ferreira, da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), a consagração deste estatuto representa uma “pequena revolução”. Isto porque, sendo “perfeitamente encaixável no nosso sistema” jurídico, vem também contrabalançar um regime “muito virado para a defesa do arguido”. A transposição da directiva, acrescenta a jurista, dará uma protecção “mais adequada” à vítima, tratando-a “não como um mero meio de prova, mas como um sujeito de direitos”.

Na legislação portuguesa, a vítima não existe enquanto figura interveniente no processo, no qual é chamada a participar, na maior parte das vezes, como testemunha. Para intervir tem que se constituir como assistente. E pagar por isso: actualmente, 102 euros. Enquanto assistente a vítima pode, por exemplo, requerer dili-

gências que considere necessárias ou apresentar recurso de decisões.

ENTRE A LEI E A PRÁTICA O penalista Paulo Saragoça da Matta discorda que o processo penal português seja “arguidocêntrico”, considerando que até “é mais protector da intervenção da vítima do que outros processos penais que nos são vizinhos”, na medida em que lhe “confere a possibilidade de ser sujeito processual, constituindo-se assistente”. Questão diferente é saber se, na prática, a vítima é protegida. “Pela minha sensibilidade diria que, no dia-a-dia, no quotidiano, a vítima se sentirá mais desacompanhada do que noutros sistemas legais”, refere ao i. Por exemplo na questão da protecção: “A vítima é relativamente desprotegida”.

Mas é um problema de prática no terreno e não de leis, defende o advogado. E isto é válido também para a taxa de Justiça que as vítimas têm de pagar se quiserem constituir-se como assistentes: “Pode realmente ser limitativo se não se lançar mão de um mecanismo existente, que é o apoio judiciário. Não deveria ser uma limitação. Se na prática pode sê-lo? Pode.” Neste capítulo, a directiva estabelece apenas um princípio – “Deve presumir-se que as vítimas não incorrerão em despesas para participar em processos penais”.



“Uma vítima pode não ter a imagem tradicional que temos, pobrezinha e chorosa”

Maria João Guia

INSPECTORA-ADJUNTA DO SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FROTEIRAS

ALTER DO CHÃO ■ DISCUSSÃO ENTRE CASAL QUASE TERMINA EM TRAGÉDIA



Disparo que feriu o jovem aconteceu na casa da mãe da namorada, um monte isolado na freguesia de Seda. A PJ está a investigar

Atinge namorado a tiro de caçadeira

■ GNR confirma quadro de violência doméstica. Nuno Godinho, de 27 anos, terá tentado uma reaproximação à namorada, de 25. A jovem foi detida

● PEDRO GALEGO

A relação conflituosa entre Nuno Godinho e Elisa quase terminou em tragédia na manhã de ontem. Após mais uma discussão, o jovem, de 25 anos, atingiu o namorado, de 27, numa perna, com um tiro de caçadeira. Tudo aconteceu na casa da mãe de Elisa, em Seda, Alter do Chão.

Ao que o CM apurou, Nuno terá tentado mais uma reaproximação, mas tudo descambou entre o casal, que

está há pouco tempo naquela localidade e tem uma filha de três anos em comum. No local estava também a mãe de Elisa que assistiu. Terão sido as mulheres a chamarem o socorro. Nuno foi transportado em estado grave para o hospital de Portalegre e transferido para São José, em Lisboa. Corre o risco de ser amputado.

A GNR confirmou o quadro de violência doméstica e tomou conta da ocorrência. A investigação passou para a PJ. A jovem foi detida e deverá ir hoje a tribunal. ■

Jovem foi atingido na perna e pode ter de ser amputado

Violência doméstica

Mulheres agressoras



Mulheres condenadas por homicídio conjugal

Total de condenados por homicídio conjugal nesse ano



Detidas por homicídio voluntário consumado em 2013

5

**DESTAQUE NACIONAL****Manuel Maria Carrilho ameaça Bárbara Guimarães**

O filósofo desmente as acusações de que é alvo, numa entrevista em que insulta e prevê a destruição daquela que foi sua mulher.

Texto: Catarina Rodrigues Campos;
Fotos: Arquivo Presspeople

**“Ela vai arrepender-se”**

Estávamos a 19 de Outubro de 2013 quando começaram a surgir os primeiros conflitos entre Bárbara Guimarães e Manuel Maria Carrilho. O filósofo regressava de uma viagem a Paris quando encontrou a porta de casa com fechaduras trocadas, que o impediam de entrar. O episódio teve direito à presença da Polícia de Segurança Pública à porta do ex-casal. Começava aqui o processo de separação e divórcio de Bárbara Guimarães

e Manuel Maria Carrilho após um casamento de 12 anos, do qual nasceram os filhos Dinis, hoje com 11 anos, e Carlota, com 4.

Um ano e três meses depois, o cenário escureceu e o ex-casal defronta-se em tribunal, numa batalha de processos sem fim, que muita tinta tem feito correr. Manuel Maria Carrilho conseguiu sentar Bárbara no banco dos réus, acusada de violência psicológica. Mas é o processo que a apresentadora põs contra

o filósofo que mais tem dado que falar. O despacho do Ministério Público saiu da gaveta e foram descobertos pormenores que mostraram o outro lado da história, até agora só comentado por Manuel Maria Carrilho.

O filósofo é descrito como um agressor que ameaçou não só a vida de Bárbara Guimarães, como a dos próprios filhos. O comportamento hostil terá começado em 2010, pouco depois de ter nascido Carlota, mas é a 2013 que o despacho dá ênfase, um dia em que Bárbara Guimarães foi “brutalmente espancada”, após regressar de umas férias no Brasil. Carrilho terá agredido a ex-mulher dando “pontapés, puxando os cabelos, deixando o corpo com nódoas negras e hematomas. Deu-lhe um murro no peito e disse: ‘tu ainda não percebeste o que te vai acontecer’”, conforme explica o despacho do Ministério Público. Horas mais tarde, e já com Carlota ao colo, Carrilho “pegou numa faca

As mensagens do filho mais velho

José Maria Carrilho, o filho mais velho de Manuel Maria, fruto do casamento com Joana Varela, terá, alegadamente, trocado sms com Bárbara Guimarães. Segundo o despacho, o conteúdo das mesmas referia-se a Dinis, e ao perigo que Carrilho representaria para o menino. “Eu vivi tudo isto com a idade dele [Dinis] e ficou comigo para sempre. Por favor, tem isto em conta. Outro menino a ficar marcado para a vida com cenas macabras, não, por favor”, lê-se no despacho do Ministério Público. A versão de Carrilho é outra: “Tratam-se de mensagens que ele trocou com ela quando ela sequestrou os meninos. Serviam para a Bárbara não os tratar da forma que estava a tratar. O meu filho vai processar a Bárbara porque se trata de correspondência privada e que está manipulada”.



Os insultos e ameaças de Carrilho

"Faz-me confusão ter vivido 12 anos com uma pessoa assim"

"Ela é vedeta e a vedeta tem um lado patológico, desmesurado"

"É uma pessoa desequilibrada e não tem noção do que diz! Ela não conseguindo provar, tem a seguir um processo de denúncia caluniosa que lhe pode custar o resto da vida."

"Ela não tem noção do sarilho brutal em que está envolvida. Isto é a destruição total dela"

"A Bárbara nunca foi capaz de pensar de manhã o que vai fazer à tarde"

"O sofrimento dos meus filhos é algo de que se arrependerá muito"

"Ele [Dinis] não suporta a mãe"

"[A Bárbara] é uma chaga que está em cima da vida dos meus filhos"

com cerca de 30 cm e disse: 'se me deixas vai haver muito sangue. Eu mato-me depois de te matar a ti e aos nossos filhos'". Os episódios de violência descritos são mais que muitos. No despacho, Bárbara assegura ainda que, antes de Carrilho partir para Paris, lhe deu "outra tarefa", após a qual decidiu pôr termo à união.

O despacho do Ministério Público recorda ainda outra ocasião em que Carrilho se dirige a Bárbara para lhe relembrar: "És uma alcoólica, não

vales nada, estás acabada, és um fiasco, não tens cabecinha para nada".

"Tudo isto é falso", assegura Carrilho. A verdade é que os insultos que Carrilho terá dirigido a Bárbara Guimarães e que vêm descritos no despacho, muito se assemelham aos que hoje utiliza para descrever a ex-mulher. "Faz-me impressão que ela esteja velha, decadente, inchada, depressiva e demente", comenta o filósofo. Manuel Maria explica que nenhuma das situações descri-

Agressões à ex-mulher

"Fui espancada um dia inteiro e tive uma faca encostada ao pescoço", disse Joana Varela, ex-mulher de Carrilho, no final do ano de 2013. Estas declarações caíram como uma bomba e dão hoje alento às acusações da apresentadora de televisão. Com a mesma postura, Carrilho desvaloriza. "O meu primeiro divórcio foi feito em 3 meses, tranquilo. Entretanto, ela foi demitida da Gulbenkian, onde trabalhava e entrou num processo bipolar. Está internada há meio ano. Sempre teve ciúmes das namoradas que eu tive, depois do divórcio. Fez aquelas declarações loucas, mas logo se calou e pediu desculpa". Manuel Maria Carrilho vai mais longe e elogia a ex-mulher, em detrimento de Bárbara: "A minha primeira mulher foi minha colega na faculdade e nós éramos chamados o casal de génios. (...) Ela tem uma inteligência superior. Não tem nada a ver com esta burrinha".





DESTAQUE NACIONAL

"Pode custar-lhe a vida"

tas aconteceu e que as únicas situações de confronto entre o casal foram "com as bebedeiras dela, que não suportava que eu reagisse, que eu protestasse, que detestasse que ela andasse bêbada com as crianças no carro". Por isso mesmo, as situações retratadas no despacho, "um processo de denúncia caluniosa que lhe pode custar o resto da vida", avisa Carrilho, confiante de que nenhuma das acusações feitas será provada em tribunal. Manuel Maria Carrilho diz centrar a sua atenção apenas nos filhos. "Ela não tem noção do sarilho em que está envolvida. Isto é a destruição total dela". "O que a Bárbara tem feito com os meus filhos é de uma bestialidade que eu nunca imaginei possível. O sofrimento dos meus filhos é algo de que se arrependerá muito", acrescenta. Dinis Maria, de 11 anos, consegue aperceber-se dos conflitos entre os pais. "Ele não suporta a mãe", defende Carrilho. "A Bárbara é uma chaga em cima da vida dos meus filhos" diz. ⁽¹⁾



Figuras públicas defendem Bárbara

Jéssica Athayde foi uma das primeiras a manifestar-se quando, num jornal diário, foram publicadas as primeiras informações que constam no despacho do Ministério Público relativo ao caso. Nas redes sociais, a actriz escreveu: "(...) Acho

Jéssica Athayde
Terho muita pena que um sector que se diz "pai" não tenha o mínimo de cuidado em proteger os seus filhos. Acho absolutamente nojento toda a sua postura desde o primeiro dia que começou esta escandaleira toda e espero que se faça justiça. Estou contigo Bárbara Guimarães BQ
Foto: Jéssica Athayde - Partner 1.001 2 33 4

absolutamente nojento toda a sua postura [de Carrilho] desde o primeiro dia que começou esta escandaleira toda e espero que se faça justiça. Estou contigo Bárbara Guimarães". Horas mais tarde, surgia no blogue Maria Capaz, um texto assinado por Rita Ferro Rodrigues dirigido directamente a Bárbara Guimarães. "Sempre em silêncio, tentando com essa atitude, proteger os teus filhos. Só um amor gigante permite essa resiliência. (...) Este país assistiu e continua a assistir a uma violência emocional continuada e exercida sobre ti e sobre os teus filhos em praça pública. (...)".



A violência doméstica em Portugal

Em 2014 morreram 42 mulheres às mãos de homens. 30% destas mulheres foram vítimas de ex-companheiros. 75% destas mulheres morreram em casa, vítimas de violência. A 15 destas mulheres, foi-lhes ceifada a vida com uma arma branca. Actualmente, 35% das mulheres do mundo já experimentaram a violência física ou sexual, e 38% das mortes de mulheres no mundo resultam de agressões de parceiros íntimos. Relembremos a história de Luana Camaro, uma brasileira de 28 anos residente em Lisboa, assassinada pelo marido, no seu local de trabalho, após informar que queria separar-se.

TELEVISÃO

Da realidade para a ficção
A linha que separa o

Jéssica Athayde sofre
maus-tratos
com Bárbara,
em **Mulheres**



Dar vida aos personagens marcantes nem sempre é fácil. "As descompensações psiquiátricas são um dos perigos que os actores enfrentam", explica a psicóloga Teresa Paula Marques.

Texto: Catarina Rodrigues Campos
Fotos: Vitor Cupertino e Divulgação

Felicidade e gargalhadas. Tristeza, solidão e dor. As emoções são um dos instrumentos de trabalho de um actor que, dia após dia, dá vida a um personagem, transportando-o do papel para a realidade. Dá vida às emoções desse personagem, que pode ser mais ou menos complexo.

A preparação de um actor, para ser outro alguém, é complexa. Tudo depende do personagem e do que é exigido, bem como da personalidade do actor.

Durante cerca de oito meses, Jéssica Athayde deu vida a Bárbara, em **Mulheres**, na TVI, uma mulher que sofria violência doméstica. A preparação do personagem foi trabalhosa: "Passei muito tempo na APAV. Falei com mulheres vítimas de violência doméstica. Estava lá enquanto actriz, mas a partir do momento em que estas mulhe-

res se disponibilizaram para falar comigo sobre esta questão tão pessoal, as coisas mudam", conta Jéssica. "Nos primeiros dias em que fui à APAV chegava a casa cheia de enxaquecas", acrescenta. Findas as gravações, o cansaço da actriz é evidente. "Quando chego ao final de um projecto é um alívio, porque estou exausta", escreveu a actriz no seu blogue pessoal.

Mal deixou Bárbara para trás, Jéssica Athayde não perdeu tempo. Cortou radicalmente o cabelo, mudou-lhe a cor, fez as malas e embarcou numa viagem sozinha pela Ásia. Teresa Paula Marques, psicóloga, explica que este tipo de atitude "é fruto da necessidade de encerrar um ciclo, despirem a pele da personagem e voltarem ao seu eu".

Em **Mar Salgado**, Marco Costa dá vida a Xavier, um homem-

"Há, por vezes, uma confusão entre a realidade e a fantasia."

actor do personagem



Marco Costa é um homem violento como Xavier, em Mar Salgado



que maltrata a mulher. O actor reconhece as complicações que dar vida a um homem tão violento traz. *"Está a ser difícil descomprimir depois de um dia de gravações. A primeira hora e meia fico no registo do Xavier. As pessoas perguntam-me se estou chateado. Decidi que durante uma hora e meia depois de sair do estúdio não falo com ninguém"*, explica o actor. Segundo Teresa Paula Marques, há actores que *"não encontram estratégias internas para se protegerem emocionalmente"* do que vivem durante o dia de trabalho. *"Perante esta fragilidade, é bem possível que as defesas psicológicas não sejam suficientemente fortes para evitar uma confusão entre a realidade e a fantasia. Tudo depende da personalidade do actor, mas quando falamos de pessoas menos fortes, as descompensações psiquiátricas são um dos perigos."* **|||**

São propensos a perturbações psiquiátricas

"Classicamente existem distúrbios de ansiedade e depressão ligados à profissão. Aliás, por isso mesmo, e porque um actor trabalha muito com as emoções, todos deveriam ter um apoio psicoterapêutico.", começa por explicar Teresa Paula Marques. O objectivo do acompanhamento é ajudar a *"equilibrar os pensamentos nos momentos profissionalmente mais exigentes, e a criar estratégias para lidar com vários aspectos ligados à profissão, entre os quais o sucesso e, também, o insucesso"*.

REACÇÃO DE BÁRBARA AVALIADA EM TRIBUNAL

Joana Ferreira da Costa

joana.f.costa@sol.pt

APAV aconselha expulsão de casa em casos de perigo iminente para as vítimas de violência doméstica.

Medidas radicais como impedir o acesso a casa do ex-marido e devolver-lhe os bens, como fez Bárbara Guimarães, são aconselhadas a mulheres em situação de grande risco de violência doméstica pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). A apresentadora acabou, porém, por ser igualmente pronunciada por violência doméstica pela forma como actuou, que a juíza de instrução considerou excessiva.

«Em situações de perigo iminente, aconselhamos as mulheres a sair de casa, ou então, a mudar fechaduras de forma a impedir a entrada o agressor», explicou ao SOL o técnico da APAV Daniel Cotrim, acrescentando que todas essas decisões só são tomadas depois de uma queixa formal às autoridades e de ser feita uma avaliação do risco de cada caso para se perceber o grau de ameaça a que cada vítima está exposta.

Para o técnico da APAV, trata-se de medidas «extremas» que têm sempre de ser enquadradas num plano individual de segurança, que



ÁLVARO ISIDORO/ GLOBAL IMAGENS

Só em julgamento permitirá analisar se medidas foram as adequadas, diz a juíza

é elaborado para cada vítima e tem em atenção todos os aspectos da sua vida. «Cada caso é um caso e as mulheres têm que ser acompanhadas nestas decisões», adianta, acrescentando que, «se assim não for, as mulheres correm o risco de ser alvo de queixas pela forma drástica como actuaram».

No caso de Bárbara Guimarães, a defesa e a procuradora da República que acusou Manuel Maria Carrilho de violência doméstica contra a ex-mulher alegam que esta actuou da única forma que considerou possível para pôr fim ao casamento e às agressões.

Mas a juíza de instrução crimi-

nal que pronunciou a apresentadora – acusando-a de violência psicológica sobre Carrilho – considerou que não existem indícios de que a forma como Bárbara agiu fosse «o meio adequado e proporcional para os fins que ela visava acautelar».

A juíza defende que a apresentadora, que fez queixa na Polícia no dia em que o marido regressou de Paris, actuou de «forma fria e calculista», trocando as fechaduras de casa, empacotando mais de 10 mil livros de Carrilho e enviando uma terceira pessoa ao aeroporto com as chaves do seu carro para informá-lo que não podia voltar casa.

Alega também que Bárbara contratou seguranças e impediu Carrilho de ter contactos com os filhos durante três semanas, até por telefone – uma atitude de humilhação do antigo embaixador da Unesco, que «configura maus tratos psicológicos, emocionais e sociais».

Para a juíza, só em julgamento será possível avaliar se a actuação da apresentadora da SIC «foi a única forma de pôr fim» ao casamento e de se proteger a si própria e aos filhos.

A apresentadora já recorreu da pronúncia para o Tribunal da Relação de Lisboa. Já Carrilho vai responder em tribunal por violên-

cia doméstica sobre a mulher, que segundo a acusação sofria agressões e insultos e foi alvo de ameaças de morte pelo então marido, chegando a ser-lhe apontada uma faca de cozinha, quando tinha a filha de dois anos ao colo.

Perícias a fotos inconclusivas

Ao longo da acusação do Ministério Público a Carrilho, refere-se que Bárbara Guimarães justificou o facto de, até Outubro de 2013, nunca ter apresentado queixa das agressões e de ter sempre evitado ir ao hospital por «vergonha».

As fotografias em que apresenta marcas de nódos negros no corpo foram analisadas pelo Instituto de Medicina Legal. Os peritos que, em Março de 2014, concluíram a análise das primeiras seis fotografias apresentadas por Bárbara Guimarães dizem que «não têm elementos para se pronunciar médico legalmente sobre as consequências da eventual ofensa à integridade física». Explicam que as nódos negros e escoriações apresentadas nas fotos «podem constituir lesões traumáticas, equimoses que terão resultado de um traumatismo de natureza contundente», que pode ser compatível com uma queda num arbusto, como alega Carrilho. Mas não são conclusivos sobre a forma como esses ferimentos foram infligidos.

Lisboa 'Perna Esquerda de Tchaikovski' mostra dores de bailarinas

O espetáculo 'A Perna Esquerda de Tchaikovski', com texto e encenação de Tiago Rodrigues, música original de Mário Laginha e interpretação de Barbora Hruskova, bailarina da Companhia Nacional de Bailado, estreia-se a 05 de fevereiro, em Lisboa.



Lusa

16:40 - 20 de Janeiro de 2015 | Por Lusa

 Gosto

27

 Tweet

0

De acordo com a Companhia Nacional de Bailado (CNB), o espetáculo vai estar em palco no Teatro Camões até 15 de fevereiro, às 21:00, e aos domingos às 16:00.

A partir da memória do corpo da bailarina Barbora Hruskova, e das marcas que a carreira e a vida profissional deixaram no seu corpo, o encenador Tiago Rodrigues criou este espetáculo, que inicia as apresentações da CNB em 2015.

Contactada pela agência Lusa, fonte da CNB indicou que Tiago Rodrigues já tinha sido convidado para um dos projetos na área de aproximação à dança, mas como encenador é a primeira vez que trabalha com a companhia.

O dramaturgo, produtor e encenador revisita a carreira da bailarina Barbora Hruskova - que fala e dança em palco, acompanhada por Mário Laginha ao piano - e as marcas que essa vida traçou no seu corpo.

Em 2014, a CNB fez uma homenagem a Barbora Hruskova, bailarina principal da companhia que terminou a carreira nesse ano e fez a despedida com o bailado "Giselle".

De nacionalidade francesa, Barbora Hruskova ingressou na CNB em 2003, como primeira bailarina, após ter passado pela Companhia de Bailado de São Francisco, nos Estados Unidos, e pelo Ballet Real da Flandres, na Bélgica.

Em Portugal dançou praticamente todo o repertório da CNB, dos clássicos, como "O Lago dos Cisnes", "D. Quixote" ou "Romeu e Julieta", a peças de Nacho Duato, Jiri Kylian, Vasco Willenkamp, Olga Roriz, Rui Lopes Graça ou Clara Andermatt, entre outros.

O ensaio geral solidário de "A Perna Esquerda de Tchaikovski", realiza-se no dia 04 de fevereiro, e a receita de bilheteira será entregue à APAV -- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, Apoio à Vida -- Ajuda a Grávidas em Dificuldade, Crescer Bem -- Associação de Apoio no Domicílio ao Recém-nascido, e MSV -- Movimento ao Serviço da Vida.



Dois fotógrafos portugueses entre os 60 “abaixo de 30”

CONCURSO Reportagens de Mário Cruz e José Sarmento Matos são finalistas do concurso internacional *30 Under 30*

Os fotojornalistas portugueses José Sarmento Matos e Mário Cruz estão entre os 60 finalistas do concurso internacional de fotojornalismo, *30 Under 30*, patrocinado pela agência Magnum Photo, que dará direito a uma exposição no Reino Unido.

Segundo a rede internacional Ideas Tap, parceira desta iniciativa, o concurso internacional *30 Under 30* destina-se a jovens fotojornalistas de todo o mundo, com menos de 30 anos, que tenham documentado temas da sociedade.

A escolha dos 30 vencedores será revelada a 9 de fevereiro e o trabalho de cada um estará exposto de 21 a 24 de março, no *The Photography Show*, em Birmingham, para profissionais do fotojornalismo, **fotografia e da cultura**.

Mário Cruz, 28 anos, fotojornalista da agência Lusa, candidatou-se com um trabalho sobre a crise em Portugal, retratando a realidade de quem vive em locais abandonados de Lisboa. José Sarmento Matos, 27 anos, *freelancer*, concorreu com uma reportagem sobre pessoas que tentam ultrapassar traumas relacionados com violência, realizada em colaboração com a APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

Os dois jornalistas portugueses foram selecionados entre mais de 600 candidatos de todo o mundo, por um júri que integrou a fotojornalista Gemma Padley, o editor Josh Lustig, do Financial Times, assim como os fotógrafos Chris Steele-Perkins e Moises Saman, da Magnum Photo.

José Sarmento Matos, que se reparte atualmente entre Lisboa e Londres, já teve trabalho publicado nos jornais *The Guardian*, *The Sunday Times*, *Público* e *Financial Times*, que o distinguiu recentemente por causa de um trabalho em Londres. Além disso, trabalha também na área do documentário, e participou recentemente no projeto *Sea Change* com mais 12 fotógrafos europeus.

Mário Cruz venceu em 2014 o prémio de fotojornalismo da Estação Imagem, com o trabalho “Cegueira recente”. A reportagem “Roof”, candidata a *30 Under 30*, a preto e branco, esteve em destaque no final do ano passado no Lens, o blogue de fotografia do diário norte-americano *The New York Times*. **Lusa**

PORTUGAL

Solidariedade

Desportistas correm para ajudar APAV

Texto Juliana Batista | Foto APAV | 05/01/2015 | 08:31



O valor das inscrições para a Corrida da Solidariedade ISCPSI/APAV vai reverter na «totalidade» para a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

IMAGEM

A+ A- ENVIAR IMPRIMIR COMENTAR PARTILHAR

PORTUGAL ANTERIOR SEGUINTE

A 12ª edição da Corrida de Solidariedade Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI)/Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e Marcha das Famílias já tem data marcada. A iniciativa vai realizar-se dia 29 de março do próximo ano, na cidade de Lisboa, com o mote «Venha correr por quem não consegue fugir».

A Corrida da Solidariedade ISCPSI/APAV tem um percurso de dez quilómetros, e é uma competição de atletismo. Já a Marcha das Famílias, com 3,5 quilómetros, não tem cariz competitivo. O valor angariado através das inscrições na iniciativa reverterá na «totalidade» para a APAV, informam os responsáveis pelo evento, em comunicado.

Além da recolha de fundos, a Corrida da Solidariedade tem como objetivo «incentivar a população para a prática de desporto como forma de combate ao sedentarismo, na conquista de um maior bem-estar e de uma vida mais saudável». A partida terá lugar junto ao edifício do ISCPSI (Rua 1.º de maio, Alcântara), estando a meta situada junto ao Mosteiro dos Jerónimos, em Belém. A iniciativa é promovida pelo ISCPSI e pela APAV.